

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Vinícius Silveira dos Santos

**NEOLIBERALISMO: UMA BREVE INVESTIGAÇÃO SOBRE
A SUA IMPORTÂNCIA PARA A ECONOMIA GLOBAL,
DESDE OS ANOS 1940 ATÉ OS DIAS ATUAIS**

Santa Cruz do Sul
2022

Vinícius Silveira dos Santos

**NEOLIBERALISMO: UMA BREVE INVESTIGAÇÃO SOBRE A SUA
IMPORTÂNCIA PARA A ECONOMIA GLOBAL, DESDE OS ANOS 1940 ATÉ OS
DIAS ATUAIS**

Trabalho de conclusão apresentado ao
Curso de Ciências Econômicas da
Universidade de Santa Cruz do Sul para
a obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Orientador(a): Prof. Msc. Oscar Graeff
Siqueira

Santa Cruz do Sul
2022

RESUMO

O neoliberalismo se caracteriza como um movimento de instauração das ideias pró-mercado como hegemônicas em detrimento das questões e políticas sociais estatais, tendo dado os seus primeiros passos após 1940. Analisando o contexto, histórico e econômico a partir desse período, foi possível formular o problema de pesquisa, cujo objetivo foi compreender as origens do neoliberalismo a partir de 1940 e como esse movimento foi se disseminando pelo mundo até o seu ápice na década de 1980. Desse modo, foi feita a confrontação do referencial teórico com os dados do período entre 1960 e 2020 a fim de identificar os impactos do neoliberalismo na economia global. Como base teórica, foram utilizados tanto autores nacionais como internacionais que abordam esse processo de hegemonia do neoliberalismo e algumas políticas adotadas pelos governantes que apresentam características desse movimento. Os dados, em sua maioria foram coletados das páginas virtuais do Banco Mundial. A metodologia utilizada foi a histórica exploratória e com instrumentos quantitativos, promovendo uma investigação de caráter histórico e com dados numéricos. A partir da análise do período estudado, foi possível, com algumas ressalvas, constatar os impactos distintos que o neoliberalismo causou nos países, onde em alguns as variáveis estudadas desse movimento demonstraram ter ocasionado efeitos positivos e em outras nem tanto.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Estado mínimo; Livre mercado;

ABSTRACT

Neoliberalism is characterized as a movement to establish pro-market ideas as hegemonic to the detriment of state social issues and policies, having taken its first steps after 1940. By analyzing the historical and economic context from this period on, it was possible to formulate the research problem, whose objective was to understand the origins of neoliberalism from 1940 on, and how this movement spread throughout the world until its peak in the 1980s. Thus, the theoretical reference was confronted with data from the period between 1960 and 2020 in order to identify the impacts of neoliberalism on the global economy. As a theoretical base, both national and international authors were used who approach this process of the hegemony of neoliberalism and some policies adopted by the governments that present characteristics of this movement. The data, for the most part, were collected from the World Bank's virtual web pages. The methodology used was exploratory historical and with quantitative instruments, promoting a historical investigation with numerical data. From the analysis of the period studied, it was possible, with some reservations, to verify the distinct impacts that neoliberalism has caused in the countries, where some of the variables studied of this movement have shown to have caused positive effects and in others not so much.

Keywords: Neoliberalism; Minimum State; Free market;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 01 - Evolução do PIB constante em U\$\$ (2015) dos países em desenvolvimento no período entre 1960 e 2020.....	36
Gráfico 02 - Evolução do PIB constante em U\$\$ (2015) dos países desenvolvidos no período entre 1960 e 2020.....	37
Gráfico 03 - Evolução da participação da indústria no PIB dos países em desenvolvimento no período entre 1960 e 2020.....	38
Gráfico 04 - Evolução da participação da indústria no PIB dos países desenvolvidos no período entre 1960 e 2020.....	40
Gráfico 05 - Evolução das importações de bens e serviços (% do PIB) dos países em desenvolvimento no período entre 1990 e 2015.....	41
Gráfico 06 - Evolução das importações de bens e serviços (% do PIB) dos países desenvolvidos no período entre 1990 e 2015.....	42
Gráfico 07 - Evolução dos níveis de desemprego dos países em desenvolvimento no período entre 1985 e 2020.....	43
Gráfico 08 - Evolução dos níveis de desemprego dos países desenvolvidos no período entre 1960 e 2020.....	44
Gráfico 09 - Evolução dos níveis de gastos do governo (% PIB em gastos de consumo final) dos países em desenvolvimento no período entre 1960 e 2020.....	45
Gráfico 10 - Evolução dos níveis de gastos do governo (% PIB em gastos de consumo final) dos países desenvolvidos no período entre 1960 e 2020.....	47
Gráfico 11 - Evolução dos níveis de investimento externo direto (% do PIB) dos países em desenvolvimento no período entre 1995 e 2015.....	48
Gráfico 12 - Evolução dos níveis de investimento externo direto (% do PIB) dos países desenvolvidos no período entre 1995 e 2015.....	49
Gráfico 13 - Evolução dos níveis de exportação de tecnologia de ponta (% das exportações de manufaturados) dos países em desenvolvimento no período entre 1990 e 2015.....	50
Gráfico 14 - Evolução dos níveis de exportação de tecnologia de ponta (% das exportações de manufaturados) dos países em desenvolvimento no período entre 1990 e 2015.....	51

Gráfico 15 – Evolução da renda média nacional em U\$S (2021) dos países em desenvolvimento no período entre 1950 e 2020.....	52
Gráfico 16 – Evolução da renda média nacional em U\$S (2021) dos países desenvolvidos no período entre 1950 e 2020.....	54

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 Problema de pesquisa.....	9
1.2 Objetivos	9
1.2.1 Objetivo geral	9
1.2.2 Objetivos específicos.....	9
1.3 Justificativa	9
1.4 Metodologia	11
2 NEOLIBERALISMO: ORIGEM E EVOLUÇÃO	13
2.1 Abordagem introdutória.....	13
2.2 Origem do pensamento neoliberal.....	14
2.3 Escola de Chicago: expoentes do movimento	17
2.4 Chile: a primeira experiência neoliberal	18
2.5 Reino Unido: Thatcher como expoente do projeto neoliberal.....	19
2.6 Estados Unidos: hegemonia do movimento neoliberal	21
2.7 O Consenso de Washington	24
2.8 Brasil: ruptura do projeto desenvolvimentista e a ascensão do neoliberalismo	25
3 DEMONSTRAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS SOBRE A EVOLUÇÃO DO NEOLIBERALISMO NO MUNDO	35
3.1 Demonstração e análise dos dados em relação aos países pesquisados ...	36
3.2 Considerações finais da análise dos dados	55
4 CONCLUSÃO	59
REFERÊNCIAS	60

1 INTRODUÇÃO

O neoliberalismo como movimento econômico começou a dar os seus primeiros passos no fim da primeira metade do século XX baseado, primeiramente, nas ideias de Friedrich Hayek com o seu livro “O caminho da servidão”. Isso ocorreu, a partir da crítica de Hayek ao modelo de bem-estar social vigente no momento, o qual havia se estabelecido com uma forte presença do Estado na economia, através do seu planejamento econômico e de uma forte preocupação com as questões sociais. Mais tarde, com o enfraquecimento desse modelo de bem-estar social ao longo da segunda metade do século XX, o neoliberalismo foi se estruturando e ganhando força, principalmente no fim dos anos 1970, com a chegada ao poder de Margaret Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos.

Desse modo, de acordo com o Anderson (1995), seria possível caracterizar o neoliberalismo como sendo um movimento de ruptura de estruturas, principalmente com aquelas estabelecidas pelo modelo social-democrata. Conseqüentemente, com a presença dos líderes citados anteriormente, entre outros, o Estado começou a perder o seu papel de motor para o desenvolvimento, passando a uma visão pró-mercado como o único caminho para o crescimento econômico. Ideia, essa, fortemente propagada aos países em desenvolvimento e mais pobres. Mas, mesmo com o fracasso do neoliberalismo, no fim dos anos 1980, em retomar os níveis de crescimento econômico semelhantes aos que se tinham antes da crise da década 1970, esse movimento continuou muito forte na década seguinte, apesar do aumento da desigualdade social, dessa forma atingindo o seu êxito político e ideológico.

Com a queda da União Soviética, nos anos 1990, representando o fracasso do socialismo no Leste Europeu, o neoliberalismo ganhou mais força ainda, mostrando ser o modelo hegemônico a ser seguido pelo resto do mundo. E, nesse mesmo período, no Brasil a ideia era semelhante, com a presença de Fernando Collor na Presidência da República, o País começou a seguir cartilha neoliberal. Com a abertura dos mercados, redução dos incentivos fiscais e a reversão das políticas protecionistas, tendo como consequência o início do desmonte do parque industrial brasileiro em prol dessas ideias. Isso se perpetuou também com o governo de Fernando Henrique Cardoso, o qual similarmente estabeleceu uma série de privatizações e mudanças constitucionais no Brasil.

Nesse sentido, as consequências desse período continuam presentes até hoje, na sociedade e na economia brasileira, sobretudo, a partir do momento em que o debate sobre a interferência do Estado na economia está cada vez mais presente, tendo sido um dos fatores decisivos para as eleições brasileiras do ano de 2018 e, também foi em 2022, um ponto muito relevante.

1.1 Problema de pesquisa

Diante do exposto anteriormente, caberia indagar: de forma breve, qual a importância para a economia global, do neoliberalismo, desde os anos 1940 até os dias atuais?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Investigar, de forma breve, qual a importância econômica global do neoliberalismo, desde os anos 1940 até os dias atuais.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Pesquisar e discriminar a origem do neoliberalismo, seus principais pensadores e suas principais ideias econômicas;
- b) Descrever, de forma breve, como o neoliberalismo se disseminou pelos países do mundo;
- c) Averiguar os impactos econômicos e sociais do neoliberalismo desde sua origem até os dias atuais;

1.3 Justificativa

As mudanças econômicas mundiais decorrentes da ação do neoliberalismo são cada vez mais presentes na sociedade, principalmente a partir da onda de privatizações e perda de direitos sociais que pode ser observada a partir dos anos 1980. Levando assim, a uma reflexão referente à sua eficiência como modelo

econômico hegemônico após a sua implementação nos países desenvolvidos e a tentativa de se estabelecer mudanças semelhantes nos países em desenvolvimento e nos mais pobres.

Sendo o Consenso de Washington, em 1989, um grande marco para esse movimento econômico mundial, pois a partir desse momento se iniciou a pressão política dos países desenvolvidos contra os demais para a abertura de suas economias até então fechadas para o mercado. Com isso, representando o início do fim do protecionismo econômico, começo da onda de privatizações de empresas estatais, destruição de direitos sociais e desnacionalizações de empresas, processo que até hoje se debate no mundo e no Brasil. Desse modo, fazendo com que o Estado e as políticas públicas perdessem a sua participação para o desenvolvimento tanto econômico como social, dando prioridade aos interesses do mercado. Acarretando assim, uma série de consequências, como: “tais fatos concentram privilégios e rendas, excluem a voz das maiorias nas decisões e forçam a transformação conservadora do próprio Estado, ao colocá-lo mais e mais a serviço de objetivos elitistas, próprios ou forâneos” (IBARRA, 2011, p.246).

Por conseguinte, este trabalho teve a intensão de expor os efeitos desse movimento tanto no âmbito econômico como no social, além de propor um debate entre os diversos autores que estudam o tema para averiguar os seus possíveis impactos. Além disso, busca questionar se as mudanças propostas realmente foram positivas ou negativas para a economia mundial como um todo.

Dessa maneira, justifica-se o presente estudo com base na atual conjuntura política, econômica e social em que o neoliberalismo está cada vez mais presente. Com isso, reforçando a necessidade de compreender os seus impactos na sociedade e a percepção das ações desse movimento e como elas interferem no modo de vida das pessoas. Além do mais, buscando promover o debate acadêmico utilizando-se dos diversos autores e pontos de vista acerca do tema para discutir os possíveis efeitos econômicos e sociais desse movimento ao redor do mundo e no Brasil. Isso, a fim de contribuir para futuros trabalhos acadêmicos sobre o tema, auxiliando a academia e a sociedade no debate de ideias.

1.4 Metodologia

Este trabalho buscou investigar a importância econômica e global do neoliberalismo, e para esse fim, foram considerados alguns autores e fatos históricos que ocorreram no mundo ao longo do período de 1940 até os dias atuais. Para tal pesquisa foram utilizadas referências bibliográficas tais como: livros, teses, dissertações, artigos, jornais, revistas e periódicos, além das páginas virtuais da rede mundial de computadores (internet) como estrutura da pesquisa e assim conseguindo expor os debates e os dados existentes acerca do tema e ainda tentando conseguir realizar uma abordagem original.

Como o campo de estudo é deveras abrangente e percorrendo um longo período, a metodologia histórica exploratória demonstrou ser a mais condizente para a investigação do tema. Como observado por Richardson (1985), a pesquisa histórica, assim como outros tipos de pesquisa, visa gerar novos conhecimentos, criar formas de compreender fenômenos e entender como eles se desenvolvem.

E por meio desse método é possível compreender como as estruturas se tornaram o que são hoje com base em uma investigação do seu passado a partir da sua influência dentro da sociedade. Assim, se torna viável reconstruir artificialmente um determinado período, facilitando a análise e compreensão desse intervalo de acontecimentos históricos (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Gil (2008) afirma que por meio da pesquisa exploratória é realizado um foco maior na pesquisa bibliográfica com a finalidade de investigar as ideias referente ao tema, por isso esse modelo de pesquisa se mostra ser o mais adequado. Dessa forma, é possível obter uma visão geral sobre o assunto a ser trabalhado e se mostrando ser um modelo mais eficiente em projetos os quais o tema é pouco explorado e existem poucas hipóteses referente ao mesmo. E para esse fim, foram utilizados para o estudo alguns países referenciais nos seus continentes que estiveram envolvidos no neoliberalismo, de formas diferenciadas devido às suas características, dentre eles: África do Sul, Brasil, Chile, Estados Unidos, França, Índia, Inglaterra e Japão. Isso porque seria impossível realizar uma pesquisa mais abrangente com um número maior de países devido à falta de tempo inerente a um trabalho de monografia. Cabe salientar, também que não foi possível captar informações mais detalhadas e abrangentes dos países escolhidos devido à escassez de dados no período analisado.

Diante da vastidão de dados, variáveis e países a serem pesquisados, o trabalho apresentou algumas limitações, tais como na coleta de alguns desses valores, devido às características únicas de cada país e a forma de coleta de dados utilizada por eles. Assim sendo, foram feitas algumas adaptações para que mesmo assim fossem apresentados os dados que estavam à disposição nas ferramentas de pesquisa por mais que alguns não abrangessem todo o período de estudo.

Dentre as variáveis principais do trabalho, foram utilizados dados referentes aos valores do PIB constante (2015 US\$), participação da indústria no PIB, importações de bens e serviços (% do PIB), desemprego, gastos dos governos (% PIB em gastos de consumo final), investimentos externos direto (% do PIB), exportação de tecnologia de ponta (% das exportações de manufaturados) e evolução da renda média nacional dos países citados anteriormente, oriundos das páginas virtuais do Banco Mundial.

O caráter da pesquisa foi qualitativo, mas foram utilizados alguns instrumentos quantitativos, tais como tabelas, gráficos e quadros com dados numéricos no intuito de auxiliar na interpretação e conclusão do tema pesquisado. Além disso, foi utilizado o método descritivo, o qual Fortin (1999), destaca como método para caracterizar fenômenos, partindo de um conceito em específico até estudos de caso. Então, ao utilizar esse método, segundo a autora anteriormente citada, seria possível obter novos conhecimentos de áreas com poucos trabalhos investigativos.

2 NEOLIBERALISMO: ORIGEM E EVOLUÇÃO

Dando sequência ao trabalho, este capítulo irá tratar do contexto histórico do neoliberalismo, partindo da abordagem de Friedrich Hayek nos anos 1940 e Milton Friedman em 1962. Passando por algumas experiências práticas desse movimento ao longo do século XX, como pode ser observado no Chile, Estados Unidos, Inglaterra e Brasil. Buscando assim, contextualizar esse período tão importante para o entendimento do movimento neoliberal ao redor do mundo e no Brasil, reforçando assim, a necessidade de compreender o passado para explicar o presente.

2.1 Abordagem introdutória

Como observado por Chomsky (2002), o termo neoliberalismo não é algo necessariamente novo, tendo como base às ideias do liberalismo clássico advindo de Adam Smith. Tendo a doutrina do livre mercado e o individualismo como características marcantes desse movimento. Outro fator importante é o papel fundamental do Estado dentro desse movimento, no qual ele deixou de ser um motor para o desenvolvimento, passando a ser responsável pelo estabelecimento de estruturas militares, polícia, ou seja, órgãos de defesa que protejam a propriedade privada, assim possibilitando o funcionamento adequado do mercado (HARVEY, 2005).

Portanto, Harvey (2005) destaca que o debate em torno da importância do Estado é um dos pontos principais dos pensadores desse movimento. Assim, o Estado, segundo o consenso dos autores neoliberais, deve atuar o mínimo possível nos mercados, pois de acordo com a teoria, a falta de informações precisas que são necessárias para compreender os sinais do mercado e os seus preços, e pela questão política, na qual as pessoas dentro dos governos e os grupos de interesse tendem a distorcer as intervenções para o benefício próprio.

Esse processo até se tornar hegemônico, segundo Harvey (2005), passou por uma série de mudanças estruturais na sociedade e no Estado, mas também, no modo de vida das pessoas, na forma que se relacionam entre si e trabalham, e principalmente o desenvolvimento do bem-estar social foi bastante afetado. Nessa nova dinâmica, o individualismo e a ética se tornam pontos fundamentais para o desenvolvimento, e as forças do mercado se tornaram o principal mecanismo para

promover o crescimento econômico. Assim, o bem-estar social passou a ser maximizado a partir do momento em que as transações do mercado também estão maximizadas. Dessa forma, instaurou-se o processo de racionalização das ações em benefício do mercado.

Visto isso, o subitem seguinte irá abordar como surgiram as ideias neoliberais com base nos estudos de Friedrich Hayek.

2.2 Origem do pensamento neoliberal

A retomada do debate em questões como liberdade, individualismo e racionalização são princípios que estão presentes desde as origens do neoliberalismo, sendo valores bastante ameaçados devido ao contexto de totalitarismo em que o mundo se encontrava na década de 1940 e a forte presença do Estado que se tinha no período (Harvey, 2005). Assim, Anderson (1995) destaca o início do movimento como sendo a partir dos anos 1940 com as ideias de Friedrich Hayek, o qual formulou uma crítica a todo tipo de limitação da liberdade por parte do Estado, tanto no âmbito político como no econômico e a partir disso, o neoliberalismo foi dando os seus primeiros passos.

Assim, Hayek, em 1944, com a sua obra “O caminho da servidão”, começou a constituir a crítica ao modelo socialista e de bem-estar social vigente no momento, principalmente com base no que se via na Inglaterra. A partir dessa obra, o neoliberalismo começou a se estruturar com a crítica ao Estado, no qual Hayek comparou e analisou a Alemanha nazista com a Inglaterra em um estado de fim das ideias liberais que eram tão fortes no século XIX (HAYEK, 1990).

Não é com a Alemanha de Hitler, a Alemanha da presente guerra, que a Inglaterra já apresenta semelhanças. Mas os que estudam as correntes de ideias dificilmente deixarão de observar que há mais do que uma semelhança superficial entre o rumo do pensamento na Alemanha durante e após a Primeira Guerra Mundial e o atual rumo das ideias neste país. (HAYEK, 1990, p. 31).

A partir disso, a linha de pensamento liberal foi entrando em declínio no início do século XX e as ideias progressistas passaram a ganhar força, principalmente na Alemanha, e se tornando como modelo hegemônico. Assim, os ingleses também foram se apropriando desses conceitos, o que segundo o autor acima resultou no

desprezo pelo liberalismo do século XIX. Levando a uma ruptura de ideologias em relação aos conceitos dos séculos anteriores, oriundos de Adam Smith, Hume e Locke, representando dessa forma a transição de um modelo até então individualista para uma estrutura coletivista. Então assim, segundo ele, o nazismo e o fascismo surgiram como uma consequência das tendências e princípios socialistas e não como uma forma de combater o progressismo.

Nesse período de transição de conceitos, Hayek (1990) ressaltou como o conceito de individualismo passou a ter uma conotação negativa, sendo associado a ideia de egoísmo, porém, dentro desse contexto, ser individualista representa ir contra o coletivismo. Assim, por meio do individualismo seria possível reconhecer a soberania das preferências e opiniões de cada indivíduo, propiciando assim o desenvolvimento de dotes e habilidades no âmbito pessoal. Dessa forma, esse princípio, segundo ele, fora fundamental para o desenvolvimento da ciência, devido a liberação da criatividade do homem por meio das energias individuais. Podendo esse fenômeno ser observado no período da Renascença, em que homem foi sendo cada vez mais livre e assim surgindo a invenção de novas tecnologias, além da evolução mecânica e industrial, o que propiciou o desenvolvimento do setor industrial.

Então, a partir do momento em que homem tem liberdade, é possível satisfazer os seus desejos e assim elevar o padrão de vida, o que propiciou a observação das diversas mazelas sociais decorrentes desse processo, e que devido a evolução da sociedade, as pessoas não tolerariam mais. Mas como Hayek (1990) observou, de uma forma ou de outra todos os indivíduos acabaram se beneficiando desse progresso, o que não seria possível de atingir sem maior liberdade individual que propiciou conforto material, segurança e independência.

Assim sendo, o maior benefício da individualidade seria a autoconsciência que os indivíduos passaram a ter, ou seja, agora o homem se tornara dono do próprio destino e o sucesso se tornara decorrente das suas escolhas e esforço próprio. Porém, na medida em que o progresso foi ocorrendo, esses princípios que anteriormente foram fundamentais para o desenvolvimento da sociedade acabaram se tornando obsoletos, levando assim a ruptura de ideias. Estabelecendo uma transição de princípios para que houvesse uma reestruturação da sociedade que seria por meio de um modelo mais coletivista (HAYEK, 1990). Porém, esse coletivismo acabava interferindo nas liberdades individuais e na ação da concorrência dentro dos

mercados, levando assim, à crítica ao modelo de bem-estar social e à defesa da ideia de desigualdade para promover o crescimento (ANDERSON, 1995).

Desse modo, segundo Hayek (1990), os alemães foram pioneiros nessa transição e propagação de ideias, que a Inglaterra acabou importando. Dessa forma, iniciou-se a degradação do conceito de liberalismo, representando uma ideia supostamente defasada. Então, por causa dessa importação de ideias, criou-se uma preocupação de que a Inglaterra seguisse o mesmo caminho totalitário como ocorreu na Alemanha, Itália e Rússia. Afinal, para Hayek (1990) antes desses países assumirem esses regimes, eles também possuíam em comum um modelo progressista que era semelhante ao que estava sendo propagado pelos ingleses. Dessa forma, o autor acima justifica que a transformação do pensamento em alguns locais foi mais rápida do que outros, e assim esses regimes se formaram antes da Inglaterra, validando o temor que ocorresse o mesmo no país.

Embora alguns dos maiores pensadores políticos do século XIX, como De Tocqueville e Lorde Acton, nos advertissem de que socialismo significa escravidão, fomos continuamente avançando em direção ao socialismo. E agora, tendo visto uma nova forma de escravidão manifestar-se diante de nós, já esquecemos de tal modo essa advertência que mal nos damos conta da possível relação entre as duas coisas. (HAYEK, 1990, p. 41).

Com os efeitos da crise econômica de 1973, iniciou-se o processo de transição de modelos econômicos e o neoliberalismo começou a ganhar mais força, em um cenário de baixo crescimento e altas taxas de inflação. A partir desse momento, o cerne desse movimento passou a ser a busca pela estabilidade monetária, a qual deveria ser a maior meta de todos os governos. E para esse fim, seria necessária uma redução de gastos com questões sociais e o aumento das taxas de desemprego, o que resultou na redução da força dos sindicatos. Anderson (1995) destaca que com essas ações, os sindicatos trabalhistas também se tornaram alvo das críticas desses autores neoliberais, segundo os quais, o movimento operário teria reduzido a capacidade de acumulação de capital por meio das pressões sindicais em relação aos salários e as cobranças para que o Estado investisse mais com gastos sociais.

Outro fator observado por Anderson (1995), foi a necessidade de reformas fiscais pregadas pelo movimento, e assim poder incentivar os agentes econômicos, sendo isso feito por meio da redução de impostos sobre altas rendas e rendimentos. Tendo como consequência o benefício para uma minoria de pessoas da elite dos

países, ao passo em que a desigualdade social aumentou. Assim, estabeleceu-se o princípio para a retomada do crescimento que seria por meio da estabilidade monetária e o fim dos incentivos fiscais, indo ao contrário das medidas anticíclicas e de tentativas de redistribuição social implementadas até então.

Diante disso, no subitem seguinte será trabalhado como o neoliberalismo se disseminou com influência da Escola de Chicago, o que iniciou o processo de hegemonia do movimento.

2.3 Escola de Chicago: expoentes do movimento

É possível considerar um dos responsáveis pela disseminação das ideias neoliberais a Escola Econômica de Chicago, a qual deu continuidade a retomada dos pressupostos liberais que já vinha sendo feita por Hayek em 1944. Dentro desses pressupostos, se encontram a defesa do individualismo e do livre mercado e a forte crítica às intervenções do Estado na economia e ao modelo de bem-estar. Portanto, essas políticas interventoras passaram a ser consideradas opressoras e restritoras das liberdades individuais dos indivíduos (FIGUEIREDO, 2009).

Em contraposto as estruturas sociais-democratas vigentes no século XX, os pensadores dessa escola por não compartilharem do mesmo consenso, buscaram construir uma crítica em relação a esse modelo e formular uma nova estrutura para ser a estrutura hegemônica, baseado nos princípios de mercado. Dessa forma, por meio de ações políticas e acadêmicas, buscaram retomar a idealização de liberdade no meio econômico e social para a suas teorias, semelhante ao que Hayek havia feito. Assim, fizeram uma nova abordagem das questões do liberalismo clássico e realizaram um novo debate em relação as questões do século XX de forma atualizada, tendo Milton Friedman como um dos grandes responsáveis pela estruturação do modelo que no futuro viria a ser o neoliberalismo (FIGUEIREDO, 2009).

Sendo assim, Friedman com o seu livro “Capitalismo e liberdade” publicado em 1962, continuou o debate em torno de questões como liberdade individual e atuação do Estado. No qual, teria como principal função defender a liberdade dos indivíduos, porém, pelo fato do poder estar concentrado em agentes políticos, o Estado também se torna responsável por restringir e ameaçar a liberdade. Então, o Estado se torna como um árbitro, criando, modificando e aplicando as regras dentro da sociedade, além de garantir o cumprimento delas (FRIEDMAN, 1977).

Em vista disso, para Friedman (1977), liberdade econômica e política são dois princípios que andam em paralelo, não podendo ser analisadas de forma separada. Dessa forma, o modelo social-democrata se torna alvo das críticas de Friedman, pelo fato da separação entre os tipos de liberdade nesse modelo, o que torna inviável ter a estrutura econômica presente na União Soviética e ainda manter a liberdade individual. Portanto, o capitalismo competitivo seria a forma mais eficiente para manter ambas as liberdades, pelo fato dele conseguir dispersar e concentrar o poder político ao mesmo tempo em que promove a liberdade econômica, fazendo com que um controle o outro. E o autor, anteriormente citado, ainda destaca que as sociedades que apresentaram maior grau de liberdade política tinham ao mesmo tempo estruturas semelhantes com as de livre mercado para organizar suas atividades.

Assim sendo, para a existência de uma organização de livre mercado eficiente, é fundamental a presença de um governo que consiga manter a ordem, evitar coerção entre os agentes, garantir a validade dos contratos e os direitos sobre a propriedade privada (FRIEDMAN, 1977). Logo, este autor, propõe a reformulação da atuação do Estado, deixando de ser um interventor para se tornar um regulador, princípio esse que continuou sendo debatido pela Escola de Chicago e que resultou nos anos 1970 com o início da implementação do projeto neoliberal baseado nessas ideias.

Diante da importância dessa escola do pensamento econômico e a sua relação com os economistas chilenos, o trecho seguinte trabalhará como foi implementado o projeto neoliberal no Chile com o apoio desses intelectuais.

2.4 Chile: a primeira experiência neoliberal

Na década de 1950, conforme Silva (2019), iniciaram-se os primeiros contatos entre a Escola citada anteriormente e a *Pontificia Universidade Católica de Santiago de Chile*, resultando em um intercâmbio de alunos, ideias, estudos e pesquisas entre economistas da pós-graduação das duas universidades. Sendo que a instituição chilena tinha seus cursos voltados para o grande empresariado do país e tinha forte participação na formulação dos planos econômicos e políticos. Então, os economistas chilenos de cunho liberal que participavam desses intercâmbios, ficaram conhecidos como “*Chicago Boys*”, com ajuda das bolsas da Escola de Chicago e com uma forte influência das ideias de Friedman. Dessa forma, esse grupo, se tornou a base teórica

e intelectual que veio a auxiliar governo de Augusto Pinochet nos anos 1970 a implementar o projeto neoliberal.

O governo de Pinochet no Chile, em 1973, é possível considerar como umas primeiras experiências genuinamente neoliberal. Harvey (2005), argumentou que o golpe contra o governo democrático chileno patrocinado pelas elites do país e com forte participação dos Estados Unidos representou a implementação prática do movimento neoliberal. A repressão violenta contra os movimentos sociais e a oposição de esquerda como o desmonte de algumas organizações sociais são reflexos da ação do neoliberalismo. Ao passo em que os sindicatos foram perdendo influência e o mercado de trabalho passou por uma transformação na medida em que ocorreu o fim de certas restrições regulatórias que originalmente serviam para proteger os trabalhadores. E com a estagnação da economia chilena, o referido autor ressalta que o modelo de substituição de importações não seria o mais adequado, como já havia sido implementado em outros países da América Latina, reforçando assim a necessidade de uma nova ótica para resolver esse problema.

Então, iniciou-se o processo de privatização de empresas públicas, a emancipação do uso dos recursos naturais por parte do setor privado, além das facilitações para investimentos estrangeiros e mudanças estruturais para promover o livre comércio (HARVEY, 2005). Além disso, as empresas estrangeiras passaram a poder encaminhar seus lucros totalmente para os seus países de origem, assim, o único setor que o Estado continuou responsável foi pela exploração do cobre, o qual é um recurso estratégico do Chile. Harvey (2005), salienta que por meio do cobre foi possível financiar o Estado e assim manter a ditadura em vigor, o que levou a uma rápida recuperação econômica e elevação das taxas de crescimento e acumulação de capital.

Assim sendo, no subitem a seguir, será abordada a experiência neoliberal na Inglaterra com as políticas de Margareth Thatcher.

2.5 Reino Unido: Thatcher como expoente do projeto neoliberal

Com as duas crises do petróleo ao longo dos anos 1970, Souza (2019) destaca que a crise econômica acabou se acentuando ao longo da década, o que levou a um considerável aumento da inflação e redução das taxas de crescimento econômico. E assim, o modelo de bem-estar foi entrando em declínio para a ascensão do

neoliberalismo, inicialmente por parte do setor empresarial, os quais estavam insatisfeitos com a carga tributária que reduzia os seus lucros e a capacidade de acumulação de capital nesse momento de incertezas. Assim, um dos primeiros alvos da crítica neoliberal foram as políticas sociais, as quais supostamente o Estado gastava demais sem obter o devido retorno econômico para os empresários.

Com a ascensão de Margareth Thatcher ao poder, em 1979, no Reino Unido, esse processo se acentuou mais ainda, pois a partir do seu governo também ocorreu uma ruptura com as ideias keynesianas se tratando de política monetária, para resolver o problema da estagflação que era recorrente no Reino Unido (HARVEY, 2005). Ao passo em que, as políticas de Estado estabelecidas a partir de 1945 começaram a ruir, levando ao fim do Estado de bem-estar dentro do país. E para esse fim, foi realizado o enfraquecimento dos sindicatos, privatizações de empresas públicas, redução de impostos, e a criação de um ambiente propício para os empresários, sendo que as políticas sociais foram sendo extintas, a fim de estabelecer o plano neoliberal.

Segundo Anderson (1995), dentro do plano de governo de Thatcher, encontrava-se a seguinte receita para solucionar os problemas econômicos da Inglaterra: a) contenção da emissão monetária; b) elevação das taxas de juros; c) diminuição dos impostos sobre altos rendimentos; d) abolição dos controles sobre os fluxos financeiros; e) geração de desemprego em massa; f) derrotar as greves; g) promover uma legislação com menos preocupações sociais; h) redução dos gastos públicos; i) implementação do programa de privatizações;

Uma característica marcante do governo Thatcher foi a crítica às instituições sociais e a sua postura contra o bem-estar social com os seus discursos, acentuando ainda mais a ruptura de ideias entre coletivismo e individualismo (HARVEY, 2005). Assim, o neoliberalismo, passou a atacar ideologicamente tudo o que fosse coletivo e oriundo do Estado. Dessa forma, reforçando a ideia de que a economia e os mercados são as questões mais importante no debate político e econômico.

Em paralelo, ao longo dos anos 1980 o neoliberalismo também estava sendo implementado nos Estados Unidos, com o apoio do presidente Ronald Reagan para a estruturação dessas ideias dentro da economia e sociedade norte-americana, o que será visto na sequência.

2.6 Estados Unidos: hegemonia do movimento neoliberal

A experiência neoliberal nos Estados Unidos, não foi muito diferente do que se viu na Inglaterra, a partir da instabilidade presenciada na década de 1970 devido à renúncia de Richard Nixon, à derrota na Guerra do Vietnã e à apreensão com as crises do petróleo (MORAES, 2018). Com tudo isso ameaçando os mercados, o empresariado norte-americano deu os primeiros passos para combater essas incertezas que acreditavam ser decorrentes do próprio modo de vida americano e que estavam prejudicando os seus lucros. E para isso, surgiram as *think tanks*, ou seja, instituições criadas para formular debates e políticas econômicas. Neste caso, Moraes (2018), ressalta que tinham como objetivo estabelecer uma visão do quão louvável seria a busca incessante por lucros e quão ruim era o coletivismo. Dessa forma, o inimigo do progresso e dos mercados não é mais apenas o socialismo, a partir disso, o próprio *New Deal*¹, as políticas sociais e até o modelo de imposto regressivo também se tornaram rivais dos princípios acima.

Com a vitória de Ronald Reagan à presidência, começou-se a desestruturação do mercado de trabalho norte-americano. Moraes (2018) destaca a flexibilização das regras trabalhistas e dos contratos, terceirização de empregos, contração de pessoas jurídicas ao invés de físicas, como exemplo dessas mudanças. Porém, se tratando de Estado de bem-estar social, o contexto dos Estados Unidos é bem diferente dos demais países desenvolvidos que aderiram a esse modelo. Na Europa, por exemplo, as políticas sociais são implementadas diretamente pelo Estado, ao contrário do que se verifica nos EUA, onde as políticas públicas são realizadas por meio das empresas, ao receber fundos públicos ou benefícios fiscais. Dessa forma, o modelo de bem-estar é diretamente ligado com os contratos de trabalho (MORAES, 2018).

Ainda de acordo com autor acima, as indústrias nesse período mudaram as suas estruturas empregatícias, as quais anteriormente tinham contratos longos e planos de carreira longevos. A partir das mudanças na década de 1980, isso começou a mudar, pois, começou a se estabelecer contratos mais curtos, nos quais o empregado ficava por pouco tempo no emprego, como nas redes de *fast-food*². Além

¹ Programa de reformas implementado na década de 1930 nos Estados Unidos, com forte atuação do Estado, a fim de recuperar a economia norte-americana pós crise de 1929 (ALTMAN, 2021).

² Tipo de estabelecimento voltado para praticidade nas refeições, sendo caracterizado pelo serviço de comida com rápido atendimento e produção ao passo em que possui um baixo custo (LOJA BRAZIL, 2021).

disso, se intensificou o surgimento de trabalhadores autônomos e os fornecedores de serviços como pessoa jurídica e subcontratados. Assim, o mercado de trabalho foi se tornando cada vez mais precário, no qual essas novas formas de contratação facilitaram burlar as leis trabalhistas existentes até então. Com isso, propiciando o aumento da acumulação de capital por parte dos empresários e a perda de direitos e qualidade de vida por parte dos trabalhadores. Fazendo com que a classe trabalhadora fosse perdendo força como movimento, devido à essa nova estrutura das empresas, dificultando a identificação como classe coletiva (MORAES, 2018).

Davis (2016), salienta que a estrutura de “economia compartilhada” que se tem presente atualmente é decorrente desse período, e que resultou na diminuição da criação de empregos diretos, podendo esse fenômeno ser observado em empresas como a Uber³ e o Airbnb⁴. Segundo o autor, em 2014 a Uber nos Estados Unidos possuía 160.000 motoristas parceiros, sendo que de empregados diretos tinha apenas 2.000 colaboradores, sendo esse número de parceiros maior do que de empregados da General Motors, uma das maiores empresas do país. Desse modo, essas pessoas não são fabricantes que estão produzindo, apenas provedores de serviço para uma plataforma, que de certa forma atinge diretamente vários setores, como o automotivo, hotelaria e turismo.

Então, a busca incessante por lucros e maiores retornos propiciou o desmanche de parte da indústria norte-americana. Moraes (2018), reforça que isso ocorreu devido aos empresários terem começado a migrar a sua produção para países que possuíam salários mais baixos e menores impostos. O que resultou na terceirização de diversas atividades e subcontratações, o que gerou um mercado de trabalho cada vez mais precário e com menos oportunidades.

Ao passo que, o mercado de trabalho era precarizado, outro movimento vinha ocorrendo em paralelo: a financeirização das empresas. Com isso, empresas que em um primeiro momento eram manufaturas, passaram a ser mesas de operações, ou seja, não produziam, apenas lidavam com dígitos (MORAES, 2018). Como consequência da financeirização, o setor de planos de previdência ganhou cada vez mais força na sociedade. Com as mudanças legislativas, esses planos começaram a

³ Plataforma de mobilidade que conecta usuários a motoristas parceiros por meio de aplicativo e com preços acessíveis (UBERBLOG, 2018).

⁴ Plataforma de locação para hospedagem por temporada que une anfitriões e viajantes a fim de compartilhar o seu espaço e acomodações (VENTURA, 2021).

fazer parte das famílias e assim foram entrando na área dos investidores. Assim, todo esse processo é o reflexo da privatização da saúde e da previdência em escala global, oriundo dessa constante financeirização, o que para Harvey (2005), representa que as finanças se sobressaíram a todas as demais áreas da economia, até mesmo sobre o Estado.

Ao longo do século XX o mundo foi passando por uma série de mudanças, e dentro desse processo o modo de colonização também mudou, Harvey (2005) observa, como no decorrer desse período se estabeleceu o colonialismo sem colônias. No qual pode-se destacar os Estados Unidos como expoente dessa tática, que pode ser observada em países como a Nicarágua, Irã e até mesmo o Chile, entre outros. Nessa nova estrutura, não havia mais a necessidade de os países mobilizarem tropas e recursos físicos para defenderem os seus interesses. Assim, se estabeleceram ditaduras que eram financiadas a fim de manter os países abertos para o capital estadunidense, favorecendo as empresas e principalmente os bancos, além de promover os interesses do país norte-americano. Com o avanço do neoliberalismo, os bancos com a liberação de crédito se tornaram cada vez mais peça-chave desse processo, em que os países em desenvolvimento eram incentivados a tomarem empréstimos e se endividar a fim de promoverem as suas economias. Porém, como ressalta Harvey (2005), os empréstimos eram em dólares norte-americanos, dessa forma, qualquer alteração nas taxas de juros dos EUA poderia levar os países a inadimplência, deixando o país exposto a perdas.

E dentro desse contexto, para resolver esse problema, ainda com o governo Reagan, no início dos anos 1980, alinhou-se os interesses do Estado norte-americano com o Fundo Monetário Internacional, e assim se estabeleceu a possibilidade de rolagem da dívida em troca das reformas neoliberais. Então, a partir desse momento FMI e o Banco Mundial se tornaram instrumentos da propagação e implementação do projeto neoliberal, com a defesa do livre mercado e ortodoxia econômica (HARVEY, 2005). Assim, para poderem rolar as dívidas, os países tomadores passaram a implementar diversas reformas institucionais, reduzir gastos sociais, abrir os mercados, flexibilizar as leis trabalhistas e privatizar suas empresas.

Diante das experiências expostas até então, o tópico trabalhado a seguir é a soma dessas experiências neoliberais, resultando no Consenso de Washington. No qual se estabeleceu uma série de princípios que os países deveriam seguir para combater os problemas econômicos e promover o desenvolvimento.

2.7 O Consenso de Washington

A realização do Consenso de Washington em 1989, foi um marco para a implementação do neoliberalismo, principalmente na América Latina. O qual, consistiu em uma reunião realizada nos Estados Unidos, onde estiveram presentes funcionários do governo estadunidense e órgãos financeiros internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Com o propósito, de avaliar as reformas econômicas que foram realizadas em diversos países, resultando no consenso de que essas reformas eram o caminho mais eficiente para o desenvolvimento econômico e solução para o problema da inflação. Sendo esse problema um dos pontos mais importantes dentro do debate neoliberal, o qual para solucioná-lo, qualquer medida é viável, mesmo que seja em detrimento dos níveis de emprego e salários (BATISTA, 1994). No entanto, não se criaram teorias novas nessa reunião, apenas registrou-se a efetivação dessas políticas que já vinham sendo sugeridas, se estendo ao ponto de se tornar um consenso.

Assim, validou-se a proposta de reformas neoliberais que o governo estadunidense estava sugerindo aos países, como moeda de troca para que ocorresse a ajuda financeira por meio de novos empréstimos e renegociações das dívidas dos países (BATISTA, 1994, p.18). Dentro desse debate, algumas áreas em específico foram cerne da reunião, segundo o autor acima, sendo elas: a) disciplina fiscal; b) foco dos gastos públicos; c) reforma na tributação; d) abertura financeira; e) regime de câmbio; f) abertura comercial; g) investimento direto estrangeiro h) privatizações; i) desregulação; e j) propriedade intelectual.

A implementação do projeto neoliberal na América Latina ocorreu a partir do entendimento das elites locais de que as crises que assolavam o continente eram exclusivamente oriundas das políticas nacionalistas e da forma que o governo atuava. Porém, Batista (1994), ressalta que essa era uma percepção equivocada por parte da elite, afinal, problemas como a variação dos preços do petróleo e aumentos taxas de juros internacionais, não eram questões exclusivas do continente, envolvendo toda uma questão externa nesse processo. Mesmo assim, a cartilha neoliberal foi considerada a solução para esses problemas, como uma política moderna e que iria reformular as estruturas tanto econômica, como política dos países.

E diante desse processo, o autor citado anteriormente, destaca como a mídia teve um papel fundamental na disseminação dessas ideias, no qual, se estabeleceu que quem não estivesse de acordo com a modernização do mercado estaria automaticamente sendo retrógrado. E a queda da União Soviética nesse mesmo período, foi mais um facilitador para a disseminação das ideias do Consenso de Washington e desprestígio das ideias desenvolvimentistas com forte atuação do Estado (BATISTA, 1994). Dessa forma, representando, a soberania do mercado e da democracia perante os demais modelos.

Por mais que de acordo com as ideias desse Consenso, mercado e democracia andem em paralelo, Batista (1994), enfatiza que há uma notável preferência ao mercado em detrimento da democracia. Estabelecendo assim, uma espécie de subordinação do campo político perante o âmbito econômico, podendo ser observado a partir da experiência neoliberal no Chile, no qual foi implementado sobre uma forte ditadura.

A partir das ideias serem estabelecidas nesse Consenso, o projeto neoliberal deu os primeiros passos para ser implementado no Brasil, processo no qual, será abordado no subitem seguinte.

2.8 Brasil: ruptura do projeto desenvolvimentista e a ascensão do neoliberalismo

A implementação do neoliberalismo no Brasil foi decorrente da vontade de romper com o que o havia se estabelecido no âmbito político, econômico e social durante a Era Vargas e que se manteve presente nas décadas seguintes (SALLUM JÚNIOR, 1999). Durante esse período que se iniciou na década de 1930 até meados dos anos 1980, o Estado passou a se tornar o principal responsável pela organização da sociedade e o motor para desenvolvimento industrial no País, ou seja, se tornou um Estado desenvolvimentista.

Com as mudanças econômicas e institucionais que ocorreram ao longo da década de 1970, esse modelo de Estado começou a entrar em declínio. Para Sallum Júnior (1999), esse processo acabou eclodindo em uma crise política em 1980, devido principalmente ao crescimento da dívida externa brasileira e dessa forma, instaurando uma crise fiscal no País. E os investimentos externos que foram fundamentais para a tentativa de desenvolvimento, na década de 1980 se reverteram, se tornando

desinvestimento, e assim a concessão de empréstimos por um certo período foram cessados. Com a presença da eminente crise, iniciou-se a elaboração da ruptura e polarização de poderes e grupos de interesse no Brasil, entre capital privado e público, local e internacional. E a própria corrente desenvolvimentista foi se disseminando em outras linhas de pensamento a fim de confrontar a crise econômica, o que para o referido autor, oscilava entre políticas de cunho desenvolvimentista e neoliberais.

Diante disso, ao longo dos anos 1980, Sallum Júnior (1999), evidencia a mudança de visão de desenvolvimento por parte dos grupos empresariais do País. A partir desse momento, se estabeleceu a ideia de que a retomada dos níveis de crescimento econômico e a resolução dos problemas sociais não teria mais a interferência do Estado no setor produtivo da economia. Dessa forma, sem o Estado, esse processo de desenvolvimento passaria a ser decorrente da burguesia brasileira com o auxílio do capital estrangeiro e diversas concessões econômicas.

Nesse momento, o capital financeiro internacional, se tornou uma parte importante desse processo de implementação das ideias neoliberais, sendo representados por meio dos fundos de investimentos, multinacionais e bancos dos países desenvolvidos (FILGUEIRAS, 2006). Aliando-se, então, com os interesses da elite burguesa, a qual não tinha interesse no modelo de bem-estar social, devido à crença de que direitos sociais e o uso dos serviços públicos iriam representar perda de renda. Afinal, para sustentar essas políticas sociais seria necessário a cobrança de mais impostos para os mais abastados, assim, por mais que o Brasil não tenha um pleno modelo de bem-estar, a crítica neoliberal atraiu o interesse dessa classe (BOITO JÚNIOR, 2006).

Outro ponto importante do processo de implementação do projeto neoliberal, foi a participação popular, sendo atraídos pela crítica a situação econômica e social vigente no momento. Dessa forma, se estabelecendo a ideia de que não há outra forma de resolver esses problemas e fazer o País crescer sem ser pela cartilha neoliberal (BOITO JÚNIOR, 2006). Por conseguinte, com esse discurso sendo aceito pela sociedade e representando a hegemonia ideológica da elite, foi possível a implementação de reformas na previdência para acabar com privilégios, flexibilizar as leis trabalhistas para tentar gerar mais empregos, entre outros.

Dando sequência, ao longo da década de 1980, o intervencionismo estatal se tornou o inimigo do desenvolvimento, por parte do empresariado, e assim se iniciou o processo de demandas para a desregulamentação, abertura para o capital estrangeiro

e privatizações. Assim, a economia brasileira deu os seus primeiros passos rumo à desestatização e internacionalização, processo esse que veio a eclodir nas eleições presidenciais de 1989 (SALLUM JÚNIOR, 1999).

A vitória de Fernando Collor nessa eleição, com o seu discurso antiestatal e internacionalizante, representou um grande avanço das políticas neoliberais no País. Sallum Júnior (1999), ressalta como exemplos, a suspensão de barreiras não-tarifárias referente a compras do exterior, além da redução de tarifas de importação e a onda de privatizações de empresas estatais. Essas políticas, em geral, tinham por objetivo melhorar as finanças públicas e aos poucos, afastar o Estado da função de impulsionador da indústria nacional. Com a realização dessas políticas, a ideia de implementar no País uma estrutura industrial completa e devidamente integrada, foi deixada de lado em prol de inserir a economia nacional de forma competitiva ao sistema econômico mundial. A partir de então, o Estado deixou de cumprir o papel de protetor da economia doméstica contra os diversos concorrentes externos e de fomentador da produção privada.

Após a eleição presidencial em 1994, com a ascensão de Fernando Henrique Cardoso ao poder, deu-se continuidade a implementação de políticas que defendiam o liberalismo econômico a fim de afastar o Estado da economia. Dessa forma, o Estado passou as suas funções empresariais para a iniciativa privada, buscou-se o equilíbrio das contas públicas. Como consequência, os estímulos fiscais e demais benefícios concedidos diretamente as empresas privadas foram drasticamente reduzidas, além da ampliação da participação com comércio exterior, principalmente com o MERCOSUL (SALLUM JÚNIOR, 1999). Com isso, as ideias liberais propiciaram uma série de mudanças institucionais entre Estado e mercado, tendo como maior alvo a ideia do Estado desenvolvimentista. Sendo assim, tinham como objetivo reduzir a presença estatal nas atividades econômicas e igualar as empresas de capital nacional e estrangeiro.

Dentre essas reformas constitucionais, Sallum Júnior (1999, p.32), destaca que as mais importantes para atingir o objetivo citado acima foram: a) Término da discriminação constitucional contra empresas estrangeiras ; b) Entrega do monopólio da exploração, refino e transporte de petróleo e gás para a União, até então era responsabilidade da PETROBRÁS, a qual se tornou concessionária do Estado; c) Permissão para o Estado ceder o direito de exploração dos serviços de

telecomunicações a empresas privadas, sendo englobados os serviços de telefonia fixa e móvel, além dos satélites, etc.

Além dessas reformas, Fernando Henrique com forte apoio do Congresso Nacional, implementou outras medidas como uma lei que regulamentava as concessões de serviços públicos para a o setor privado, dentre eles, o setor elétrico, rodovias e ferrovias. Outra lei também foi aprovada que tinha como objetivo proteger a propriedade industrial e patentes, para assim se adequar aos princípios do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), dando continuidade ao processo de internacionalizar a economia brasileira. Por fim, manteve algumas políticas que já estavam sendo implementadas desde o governo de Fernando Collor, como o programa de abertura comercial e a execução do programa de privatizações e concessões. Sendo esse processo sustentado pelas mudanças legislativas e constitucionais que foram sendo realizados ao longo da década de 1990 e que permitiam essas operações (SALLUM JÚNIOR, 1999)

Com a forte inflação presente no período e instabilidade econômica, durante o mandato de Fernando Henrique, foi posto em prática a cartilha neoliberal para resolver esse problema, no qual a suposta solução era por meio da rápida estabilização dos preços. E para esse fim, Sallum Júnior (1999, p.33), observou uma série de medidas que foram necessárias, dentre elas: a) manutenção do câmbio sobrevalorizado em relação ao dólar e demais moedas, assim estabilizando os preços internos; b) ampliação da abertura comercial; c) barateamento das divisas, possibilitando a renovação da estrutura industrial e aumento da competitividade para as exportações; d) programa de juros altos, tornando o País atraente para o capital estrangeiro; e) ajuste fiscal e reformas estruturais em áreas como previdência, administrativa e tributária f) não disponibilizar incentivos diretos para a atividade econômica;

Diante dessas medidas, o Estado, assumiu o papel de preservar a livre concorrência, e para esse fim, devendo atuar apenas como um fiscalizador e regulador das atividades produtivas (SALLUM JÚNIOR, 1999). E em decorrência da apreciação cambial, o setor industrial foi fortemente afetado, pois para as multinacionais de certos setores, como o automotivo, se tornou mais interessante importar do que produzir localmente. Como consequência, as empresas brasileiras tiveram que começar a importar mais matéria prima do exterior para conseguir competir com os produtos importados, dessa forma intensificando o processo de desindustrialização da economia brasileira.

Além disso, os demais políticos também não possuíam o intuito de construir uma forte indústria nacional integrada, ao contrário do que se pensavam os governantes da década de 1950 entre outros (SALLUM JÚNIOR, 1999). A nova visão deles era de fazer com que a produção local se tornasse mais relevante dentro da economia internacional, e para esse fim, o Estado não poderia interferir tão ativamente na produção, como era anteriormente. Portanto, as novas políticas industriais passaram a ser limitadas, tanto em tempo de execução e na quantidade de recursos subsidiados, com o objetivo de aumentar a competitividade de alguns setores e assim enquadrá-las de acordo com padrão internacional de produtividade.

Como consequência dessas políticas em um primeiro momento, Sallum Júnior (1999), enfatiza que resultaram no baixo crescimento do PIB, ao longo desse período, e em altos níveis de desemprego que podem ser observados a partir de 1997. Por outro lado, a manutenção do câmbio apreciado e juros altos permitiram uma breve melhora para a população em geral e breve estabilização da economia. Porém, o autor acima, ressalta que também houve, decorrente dessas políticas, uma considerável transferência de renda para a classe detentora de mais recursos financeiros.

Semelhante ao que ocorreu nos países anteriores que executaram o projeto liberal, o Brasil também passou pelo processo de precarização do trabalho, com formas de contratação que diminuía a estabilidade dos trabalhadores. Para Filgueiras (2006), também ocorreu aumento da jornada de trabalho, redução de rendimentos e outros benefícios, e com isso o aumento de trabalhadores informais, fazendo com que os sindicatos mudassem o seu posicionamento para uma forma mais defensiva.

Outra mudança considerável, foram nas políticas socioeconômicas por parte do Estado, com as quais as empresas públicas perderam o seu protagonismo como instrumento de política estatal. No qual, isso foi decorrente da onda de privatizações e concessões de alguns setores que eram atendidos pelas empresas públicas e passaram a ser entregues ao setor privado. Diante disso, o setor rodoviário é um exemplo desse processo, no qual a construção e manutenção de estradas passou a ser concedido para empresas privadas explorarem esses serviços. A partir disso, para manter o mercado regulamentado, foram criados órgãos reguladores, como a ANATEL, no setor de telecomunicações, para assim o Estado poder atuar de forma indireta nesses mercados que até então eram de responsabilidade do setor público (SALLUM JÚNIOR, 1999).

No decorrer disso, as empresas privadas locais também saíram do foco nas políticas de Estado, principalmente se tratando de políticas de industrialização, principalmente a partir do momento em que ocorreu a equiparação constitucional entre empresas nacionais e estrangeiras (SALLUM JÚNIOR, 1999). Ademais, essas novas políticas tinham como objetivo atrair investimentos estrangeiros e incorporar com as empresas nacionais. Assim sendo, o propósito de tudo isso, era equalizar as condições entre empresas nacionais e estrangeiras, no âmbito tributário e de juros principalmente, buscando reduzir as desvantagens competitivas e não apenas privilegiar as empresas brasileiras.

Todavia, a política de manter juros altos e câmbio apreciado, fez com que as empresas nacionais se desvalorizassem, o que beneficiou as multinacionais do exterior. Afinal, elas possuíam mais formas de financiamento fora do Brasil e maiores mercados de atuação, os quais lhe permitiam outros benefícios (SALLUM JÚNIOR, 1999). Diante disso, os dois setores que mais passaram por mudanças, foram o automotivo e o de telecomunicações, por meio da política de atrair capital estrangeiro, deixando para o setor privado dois setores estratégicos da indústria nacional. Para isso, foram feitas mudanças na legislação, no sistema de financiamentos e por meio de convites para essas multinacionais se instalarem no País, e assim vendendo o Brasil como melhor destino para investimentos estrangeiros. Com esses diversos incentivos, o capital nacional foi perdendo força no cenário industrial perante a entrada no País desses volumosos capitais.

Ao passo, em que as políticas industrializantes foram sendo deixadas de lado, o agronegócio brasileiro ganhou muita força durante o governo de Fernando Henrique, principalmente por meio de medidas que favoreceram o setor. Sendo decorrente, da nova percepção da capacidade de competição da agricultura brasileira dentro do sistema internacional, mesmo com recursos limitados, como infraestrutura, câmbio e financiamento (SALLUM JÚNIOR, 1999). Assim, o agronegócio se tornou de grande importância nas pautas desse governo, a fim de aumentar mais ainda a sua competitividade e combater o protecionismo vigente nos Estado Unidos e na Europa. Sendo essa uma questão que se tornou muito relevante na diplomacia brasileira, resultando no debate em relação a implementação de acordos de livre comércio com outros países e blocos econômicos.

Com essa nova abordagem de política externa e desenvolvimento implementada ao longo da década de 1990, mudou consideravelmente a estrutura de

acumulação de capital no País (GENNARI, 2001). O que resultou na criação de um novo padrão de acumulação com base na subordinação ao capital estrangeiro e na constante necessidade de investimentos internacionais. Dessa forma, por parte da elite brasileira, subordinando o País aos interesses do capital internacional. Portanto, segundo o autor previamente citado, esse processo de perda de autonomia e de força do Estado é decorrente de uma escolha política, e não apenas das mudanças estruturais do capitalismo e modo de produção decorrentes da globalização. Em função disso, o Estado começou a perder a sua capacidade de formular políticas econômicas de forma autônoma, devido aos comandantes da política brasileira no período. Os quais, formularam as novas políticas a fim de atender os interesses do capital financeiro estrangeiro, mudando assim, a estrutura econômica e de acumulação de capital do País. Então, com abertura da economia brasileira e o novo padrão de acumulação, acentuou-se mais ainda o processo de internacionalização e subordinação da nossa economia.

Assim, a chegada de Luís Inácio da Silva à presidência em 2002, foi consequente da sua aliança com burguesia industrial do Brasil, por meio da campanha presidencial que ia ao encontro com os interesses dessa elite. A qual o governo, era contra o capital especulativo, e as taxas elevadas de juros e defensor da produção e de uma reforma tributária que ajudasse o setor se utilizando de um forte discurso em torno do desenvolvimento econômico (BOITO JÚNIOR, 2006). Assim, a campanha de governo mostrou a essa elite que eles deviam apoiá-lo na candidatura para assim defender os seus interesses econômicos e políticos.

Mas na prática, como observado por Filgueiras (2006), de certa forma, o governo Lula com o seu mandato iniciado em 2003, deu continuidade ao que foi proposto por Fernando Henrique no âmbito econômico. Sendo isso, por meio da manutenção das taxas de juros elevadas, prosseguimento do regime de câmbio flutuante e a busca por superávit acima de 4,5% do PIB. Além da implementação da reforma da previdência dos servidores públicos, propostas para mudar a legislação trabalhista, tentativa de tornar independente o Banco Central e continuar com a onda de privatizações por meio das Parcerias Público-Privado (PPP). Devido à política de superávit, o Estado perdeu considerável capacidade de investimento, portanto, a PPP era uma forma de melhorar a infraestrutura do Brasil com menos dinheiro público investido.

Outro ponto a ser considerado é a subordinação do governo Lula perante à divisão internacional do trabalho, por meio de concessões aos investidores internacionais em troca do aumento das exportações das *commodities*⁵ (BOITO JÚNIOR, 2006). Dessa forma, buscou-se fazer com que o País conseguisse mais oportunidades para exportar seus produtos e acessar novos mercados, apesar de condicionar o Brasil como um exportador de bens primários e industriais com baixo valor agregado.

A partir de 2010 com o fim do segundo mandato de Lula, a nova Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, buscou dar continuidade aos planos iniciados pelo governo anterior. Tendo na pauta política, programas de fomento ao crescimento, busca pela estabilidade macroeconômica e manutenção da inflação (FAÉ; GOULART; ABDALA, 2016).

A implementação das políticas macroeconômicas ao longo dos governos petistas, juntamente da criação de programas sociais como “Bolsa Família”, propiciou um novo direcionamento da política nacional. No primeiro momento, promoveu a redução dos índices de pobreza e um leve aumento da renda com esses programas compensatórios. Ao passo em que a elite brasileira também se beneficiou no âmbito econômico em vários setores, como nas indústrias, agroexportador e petrolífero (PACCOLA; ALVES, 2018).

Porém, com a eminente crise política e econômica que veio a iniciar após 2010, o Governo Dilma passou por uma instabilidade política gerando um desgaste devido à perda de poder político no Congresso. Sendo isso decorrente do aumento da inflação, degradação das contas públicas, redução do crescimento do PIB e do nível de produtividade industrial do País. E para contornar esses problemas, o governo dela também se utilizou de algumas políticas da cartilha neoliberal. Dentre eles é possível destacar: elevação dos juros, redução dos gastos públicos, privatizações e propostas de reformas na previdência, atingindo principalmente os servidores públicos (MACIEL, 2013).

Portanto, o autor referido acima, reforça que quando foi posto em prática as medidas de cunho neoliberal, ficou mais evidente ainda o seu alinhamento com os interesses dos grandes capitais, em especial ao capital financeiro. O qual se

⁵ Produtos produzidos em larga escala e com características semelhantes independentemente do local que tenham sido produzidos, ou seja, produtos uniformes, como a soja, o petróleo e o ouro. (TORO INVESTIMENTOS, 2021)

sobressaiu novamente perante os interesses da classe trabalhadora, afinal, o corte de custos, principalmente nas áreas sociais, é diretamente interligado com o aumento das taxas de juros que promove crescimento da dívida pública, o que limita o poder de atuação do Estado (MACIEL, 2013).

Porém, em 2013, iniciou-se o atrito entre os interesses das elites e as políticas de governo, pois enquanto no Governo Lula a política macroeconômica ainda estava dentro dos pressupostos neoliberais. O Governo Dilma tentou combater essas ideias, o que promoveu o desgaste do seu governo e perda de força político, o que veio a eclodir na onda de protestos nesse período e no seu impeachment em 2016 (PACCOLA; ALVES, 2018).

O impeachment representou mudanças nas políticas econômicas para o País, com Michel Temer assumindo a presidência interinamente e implementando várias reformas com características mais liberais. Primeiramente, em 2016, por meio da Proposta de Ementa Constitucional (PEC) 241/2016, a qual congelou os gastos públicos por 20 anos. Dessa forma, reduzindo a capacidade do Estado de fomentar a economia diretamente e atingindo diretamente o campo social, incluindo saúde, educação, previdência e programas sociais. Outra medida, nesse mesmo período, foi a proposta de reforma da previdência, a qual buscava aumentar o tempo mínimo de contribuição para se aposentar, impactando todo o sistema previdenciário (SOUZA; HOFF, 2019).

Na tentativa de recuperar o crescimento econômico, aumentar a geração de empregos e atrair investimentos, as autoras citadas acima, destacam que o governo Temer também propôs o receituário neoliberal como solução. Como a continuidade de privatizações de empresas, mudanças na PETROBRÁS, como o marco regulatório do pré-sal, o qual retirou a exclusividade da empresa em atuar nesses campos e a criação de leis que flexibilizaram a terceirização de trabalhadores. Por fim, com essas medidas, instaurou-se um enfraquecimento dos vínculos trabalhistas e nos direitos sociais que foram conquistados ao longo da história do Brasil.

No decorrer, Jair Bolsonaro eleito a Presidência da República em 2018, deu sequência às políticas do Governo Temer, enraizando cada vez mais o neoliberalismo dentro da sociedade e economia brasileira. Fonseca e Silva (2020), enfatizam que essas ideias foram mais notórias ainda no decorrer da pandemia da covid-19, através do sucateamento da saúde que se tornou evidente na falta de leitos e recursos hospitalares. Além do constante discurso e dilema imposto para a classe trabalhadora

entre ser contaminado pelo vírus trabalhando ou perder o emprego por causa da recessão econômica decorrente do vírus. Assim, os autores acima, reforçam a forte ação desse movimento nos mais diversos âmbitos e até mesmo nos constantes ataques do Presidente da República às instituições democráticas.

Por fim, concluímos a abordagem do referencial teórico, fazendo a abordagem dos autores e das experiências neoliberais que tratam o assunto da pesquisa. Por isso, utilizamos estes quatro países referenciados, mas no capítulo seguinte vão ser apresentados dados referentes aos países conforme como consta na metodologia.

3 DEMONSTRAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS SOBRE A EVOLUÇÃO DO NEOLIBERALISMO NO MUNDO

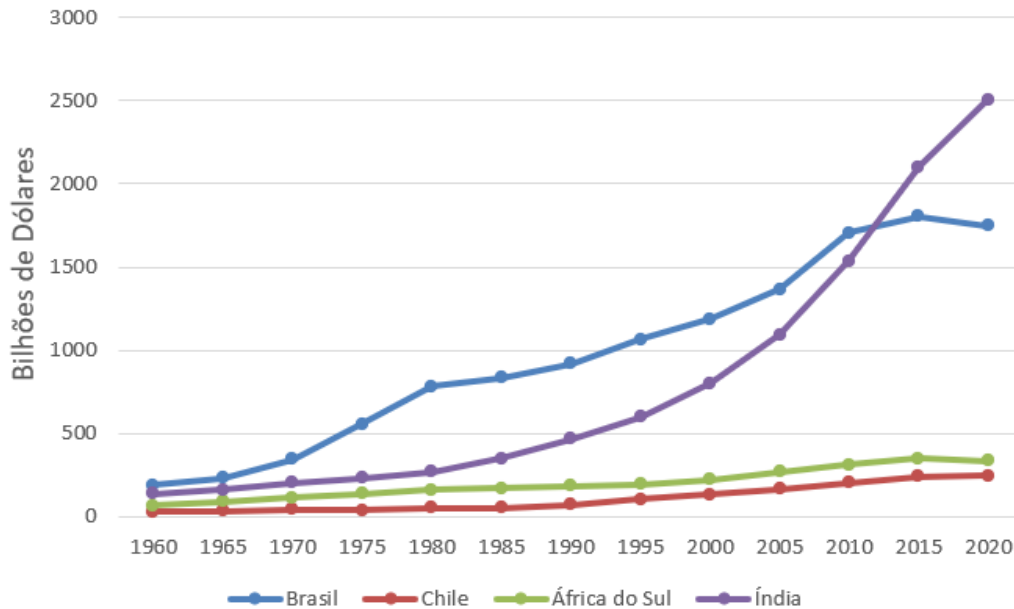
Neste capítulo, será abordado a demonstração e análise dos dados coletados referente aos países anteriormente citados na metodologia, e com base nos parâmetros/pressupostos que caracterizam o neoliberalismo, os quais foram trabalhados no referencial teórico. Anderson (1995), destaca alguns parâmetros, os quais foram usados para a elaboração da análise desta pesquisa, como: a diminuição do Estado no papel de promotor do desenvolvimento econômico, assim como a queda dos incentivos fiscais e políticas protecionistas, promovendo assim a abertura dos mercados, a série de privatizações e perda dos direitos sociais. Resultando, segundo o autor acima, no aumento do desemprego, desindustrialização, redução do tamanho do Estado, entre outros.

Dentro desses parâmetros, cabe ressaltar que a análise não teve condições de ser feita de forma mais aprofundada em razão dos motivos expostos na metodologia. Sendo assim, a análise foi baseada em dados coletados a partir dos anos 1960, pois não foram encontrados dados anteriores a esse período em praticamente todas as variáveis estudadas. Os dados foram repartidos em períodos de 5 anos para facilitar a visualização das informações, sendo divididos entre dois grupos de países, desenvolvidos e em desenvolvimento, tendo no mínimo um país representante de cada continente.

Dentre eles, Estados Unidos representando a América do Norte devido à sua grande importância na disseminação do projeto neoliberal para os demais países do mundo. Brasil e Chile compõem a América do Sul devido às suas particularidades e ainda mais pelos chilenos terem sido os primeiros a viverem a experiência do neoliberalismo. A África do Sul como expoente no continente africano. França e Reino Unido na Europa decorrente de terem sido os primeiros no movimento e sendo grandes promotores dessas ideias anteriormente citadas. No qual, considera-se para efeito de demonstração e análise o ano de 1979 no Reino Unido, no governo Thatcher, o início da implementação oficial do neoliberalismo no mundo. E por fim, Índia e Japão compõem o grupo dos países asiáticos, os quais possuem economias relevantes na região e serem áreas de influência política e econômica dos Estados Unidos, os quais foram induzidos por este a adotar medidas neoliberais (TAVARES, 1985).

3.1 Demonstração e análise dos dados em relação aos países pesquisados

Gráfico 01 - Evolução do PIB constante em U\$S (2015)⁶ dos países em desenvolvimento no período entre 1960 e 2020



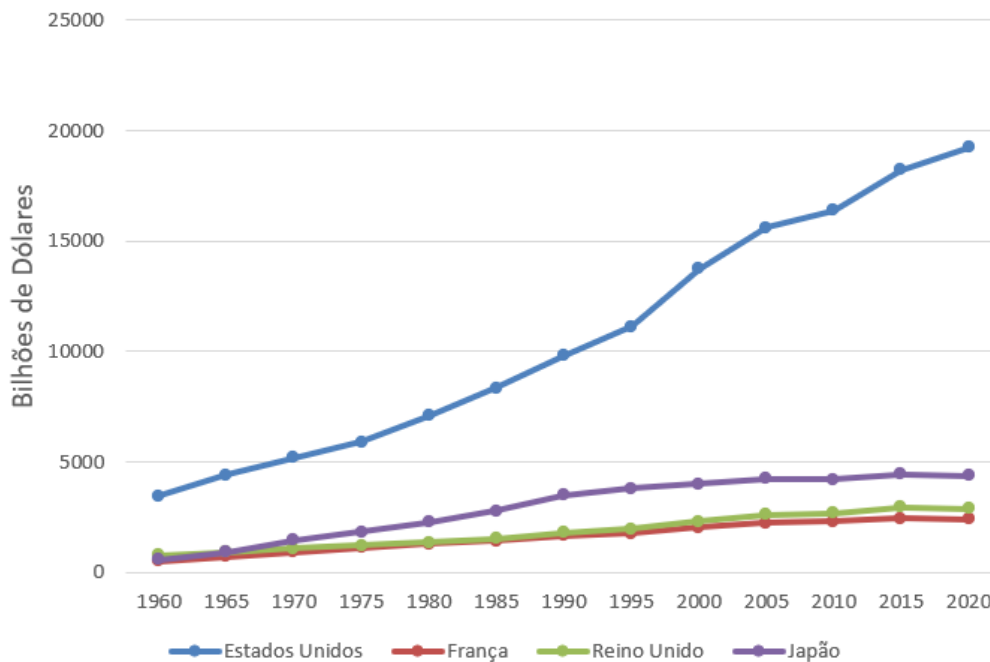
Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Banco Mundial (2022).

O Gráfico 01 expõe o baixo crescimento do PIB em alguns dos países em desenvolvimento, principalmente do Chile e a África do Sul, que tiveram um baixo crescimento no período analisado, com destaque ao Chile que a partir de 1990 passou a ter um leve índice de crescimento maior do que havia sido apresentando nas décadas anteriores. O qual era de U\$S 26 bilhões em 1960, passando para U\$S 40 bilhões em 1970 e chegando em valores em torno dos 50 bilhões de dólares entre 1980 e 1985. Ao passo em que a Índia apresentou uma maior evolução principalmente no período pós 1985 e chegando à marca dos 500 bilhões de dólares em 1990, demonstrando a crescente de resultados desde os anos 1960, o qual era de U\$S 136 bilhões e de 270 bilhões de dólares em 1980, ou seja, o PIB praticamente dobrou em 20 anos. E o Brasil também apresentou desde os anos 1970 um considerável crescimento, no qual o PIB em 1975 também passou dos 500 bilhões de dólares e após 20 anos, em 1995, esse indicador já passava de 1 trilhão de dólares. Porém, na década de 2010, o PIB brasileiro reduziu a sua evolução, ao contrário da Índia que em

⁶ Valores deflacionados com base no ano de 2015.

2015 já possuía valores que passavam dos 2 trilhões de dólares. Evidenciando que o Brasil passou por essa década sem um aumento significativo dessa variável, decorrente principalmente da crise econômica e política presente no período (PACCOLA; ALVES, 2018).

Gráfico 02 - Evolução do PIB constante em U\$S (2015)⁷ dos países desenvolvidos no período entre 1960 e 2020



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Banco Mundial (2022).

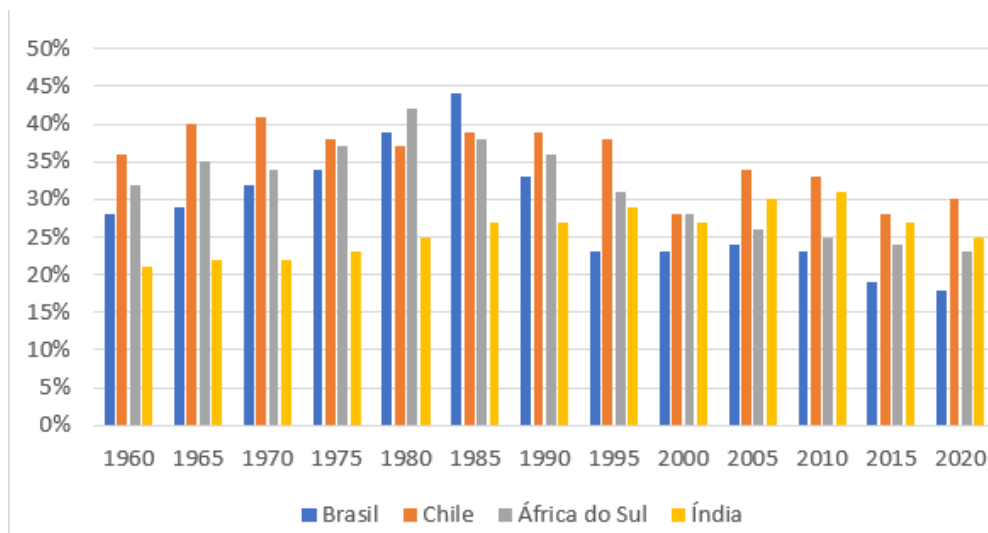
Já no grupo dos países desenvolvidos, conforme o Gráfico 02, no início dos anos 1960, Japão, França, e Reino Unido, apresentaram uma evolução semelhante entre si, no qual esses três países tinham um valor em torno dos US\$ 600 bilhões. A partir de 1970 o crescimento do Japão começou a se destacar mais em relação a França e ao Reino Unido, como consequência disso, na década seguinte, o PIB japonês era em torno de U\$S 2,2 trilhões em 1980, sendo que esse valor em 1995 aproximadamente se encontrava em valores de U\$S 3,7 trilhões, o que perdurou nas décadas seguintes, evidenciando o baixo crescimento a partir desse período dos anos 1980. Resultando em um PIB que variava em torno de U\$S 4 trilhões nos anos entre 2005 e 2020.

⁷ Valores deflacionados com base no ano de 2015.

Enquanto França e Reino Unido se mantiveram estáveis e com valores semelhantes, os dois com o seu PIB em torno dos U\$S 1,3 trilhões no início da década de 1980, chegando à metade dos anos 1990 com os respectivos valores de U\$S 1,7 trilhões e U\$S 1,95 trilhões, representando novamente o baixo crescimento nesse período de implementação do neoliberalismo no mundo. Nos anos seguintes, o PIB francês chegou ao seu pico em 2015 beirando os U\$S 2,5 trilhões, semelhante ao Reino Unido que também teve o seu auge nesse mesmo ano com valores próximos aos U\$S 3 trilhões.

Ao contrário dos Estados Unidos, que desde o início do período estudado já vinha apresentando um crescimento arrojado, começando 1960 com U\$S 3,4 trilhões, e se acentuando junto ao início do projeto neoliberal nos anos 1980 com valores de U\$S 7 trilhões, e tendo esse valor aumentando ao longo do tempo, passando dos U\$S 10 trilhões em 1995 e nos anos 2010 ultrapassando o valor de U\$S 15 trilhões, chegando perto dos U\$ 20 trilhões em 2020.

Gráfico 03 - Evolução da participação da indústria no PIB dos países em desenvolvimento no período entre 1960 e 2020



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Banco Mundial (2022).

O Gráfico 03 demonstra como no período dos anos 1980, com a implementação do projeto neoliberal no Chile nos anos 1970 e o início do processo no Brasil, evidencia-se o Brasil como o país com a maior redução da participação da indústria dentro do PIB dentre os países selecionados. Em 1960, 28% do PIB brasileiro era representado pela indústria e esse valor foi aumentando gradualmente, até chegar ao

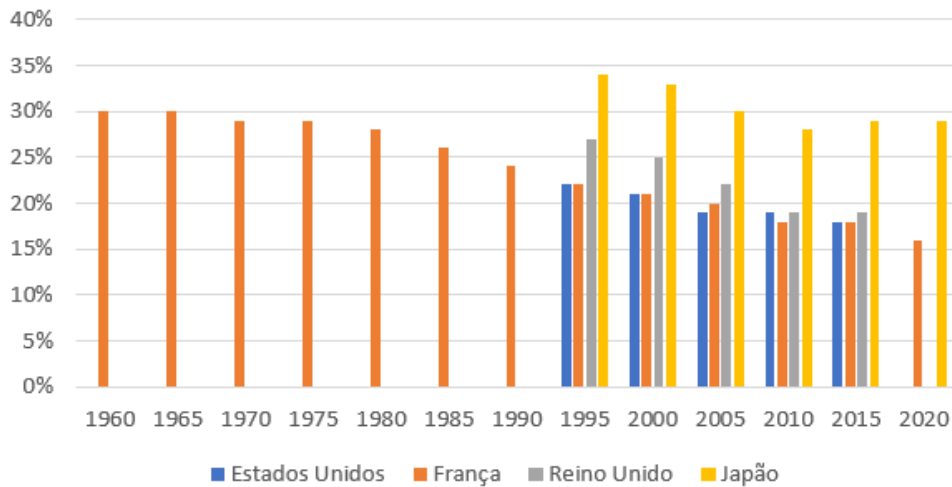
seu pico em 1985, no qual a indústria representava 44% do PIB, coincidindo com o elevado crescimento do PIB do País entre 1970 e 1980 conforme apresentado no Gráfico 01, o que pode ser justificado pelos planos de desenvolvimento nacional que estavam sendo implementados no período a fim de industrializar cada vez mais o Brasil. A partir dos anos 1990, com o avanço do neoliberalismo, esses valores vieram a reduzir drasticamente dentro do período de 10 anos, passando a ser de 23% em 1995, ou seja, uma redução de quase 50%. Evidenciando assim, esse processo de desindustrialização, o que pode ser justificado pelas medidas de políticas econômicas tomadas pelos governantes ao longo da década de 1990 (ANDERSON, 1995). E esse processo veio a continuar nas décadas seguintes, oscilando entre 20% e 25% ao longo dos anos 2000 e como apresentado no Gráfico 03, em 2020 a indústria representava menos de 20% do PIB.

Enquanto no Chile, os valores antes 1980 e pós 1990 oscilaram entre 35% e 40% do PIB, apresentando a maior queda nos anos 2000, período em que o neoliberalismo já estava mais instaurado em todo o mundo, e o Chile teve 28% de participação da indústria, ou seja, o valor mais baixo ao longo dos anos analisados. Mesmo assim, a partir de 1990, o Chile ainda conseguiu manter maior participação da indústria do que o Brasil, tendo em 2020, valores em torno de 30%.

Também é possível observar esse fenômeno na África do Sul, a qual vinha em uma crescente desse indicador, tendo 32% em 1960 e em 1980, a indústria representava 42% do PIB, mas apresentou uma redução gradual desse indicador ao longo das décadas seguintes. Chegando a 31% em 1995 e 23% em 2020, assim como o Brasil, representando uma redução de quase 50% dentro desse período de 40 anos.

Por outro lado, a Índia, conseguiu manter valores semelhantes e constantes ao longo do período analisado, com a indústria representando 21% do PIB indiano no início dos anos 1960 e 25% em 1980, o que continuou na década seguinte, apresentado 29% em 1995 e por fim, 25% em 2020. Dessa forma, destaca-se o Brasil e a África do Sul como os países mais afetados pelas medidas neoliberais, ao passo em que o Chile conseguiu recuperar o crescimento nos anos recentes e a Índia apresentou um gradual crescimento ao longo do período.

Gráfico 04 - Evolução da participação da indústria no PIB dos países desenvolvidos no período entre 1960 e 2020

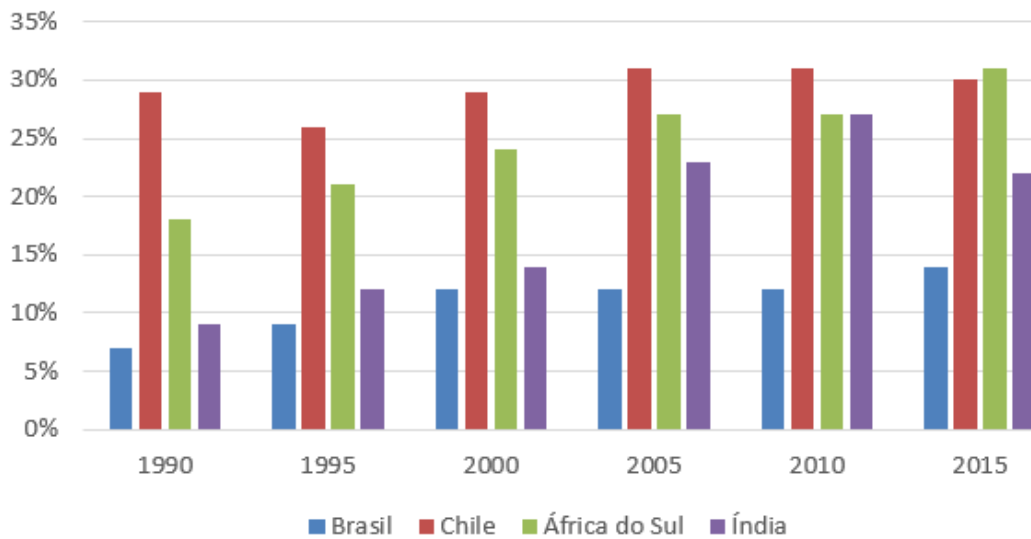


Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Banco Mundial (2022).

O Gráfico 04 demonstra como a redução da participação da indústria também veio ocorrendo para esse grupo de países desenvolvidos, sendo possível observar a contínua queda desse indicador na França durante o período analisado. A França possuía 30% do seu PIB por parte da indústria nos anos 1960, e com uma gradual redução ao longo dos anos. Já em 1980, a indústria representava 28% do PIB francês, em 15 anos, esse valor reduziu para 22% e em 2020 já se encontrava em 16%. Portanto, mais um caso de praticamente 50% de redução dentro do período de 40 anos.

Devido à falta de dados junto ao Banco Mundial, os demais países foram analisados a partir do ano de 1995, e assim foi possível observar como esses países também passaram por esse processo de desindustrialização, em geral, causado pela transferência da parte produtiva das indústrias para os países asiáticos (GALA, 2021). Entre o período de 1995 e 2015, os Estados Unidos mantiveram valores em torno dos 20%, apresentando uma pequena redução gradual. Ao passo em que o Reino Unido apresentou uma queda mais acentuada, passando de 27% em 1995 para 19% em 2015. Por fim, dentre o grupo dos países desenvolvidos, o Japão foi o país que apresentou maior participação da indústria, mas também mostrando uma queda desse indicador ao longo do tempo, sendo representado em 34% em 1995 e reduzindo para 29% em 2020.

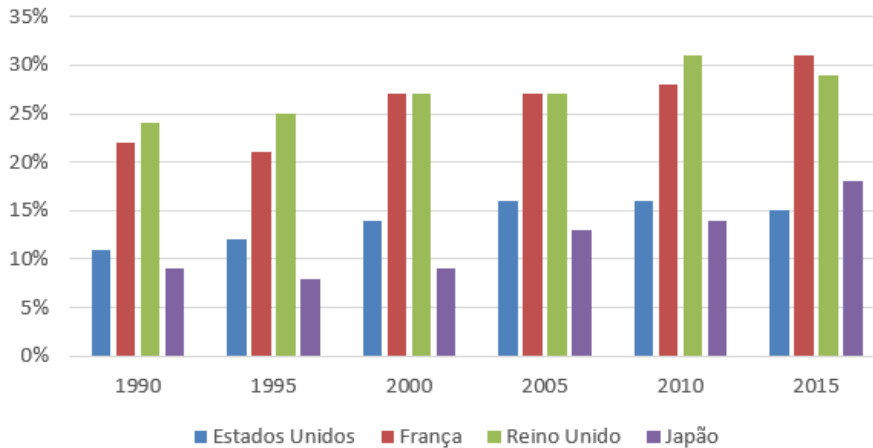
Gráfico 05 - Evolução das importações de bens e serviços (% do PIB) dos países em desenvolvimento no período entre 1990 e 2015



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Banco Mundial (2022).

O Gráfico 05 exibe os dados referentes ao período em que o neoliberalismo já estava implementado no mundo, tendo a Índia como o país que mais aumentou as suas importações, passando de 9% em 1990 para 22% em 2015, um aumento de mais de 100% dentro de um período de 25 anos. Enquanto o Chile apresentou valores mais elevados de importações, oscilando entre 25% e 30%. Já a África do Sul, também teve um aumento nesse indicador, sendo menos de 20% no início da década de 1990 e em 2015 já apresentava valores acima dos 30%. Por fim, o Brasil apresentou um gradual aumento das importações nos anos 1990 que eram de 7% e que em 2015 esse valor já tinha sido dobrado. Conforme o Gráfico 03 comparando com o Gráfico 05, na medida em que as importações começaram a aumentar a partir de 1990, a participação da indústria no PIB começou a reduzir, o que coincide com o período de abertura da economia brasileira para os demais mercados, o que pode justificar esse aumento nas importações (SALLUM JÚNIOR, 1999).

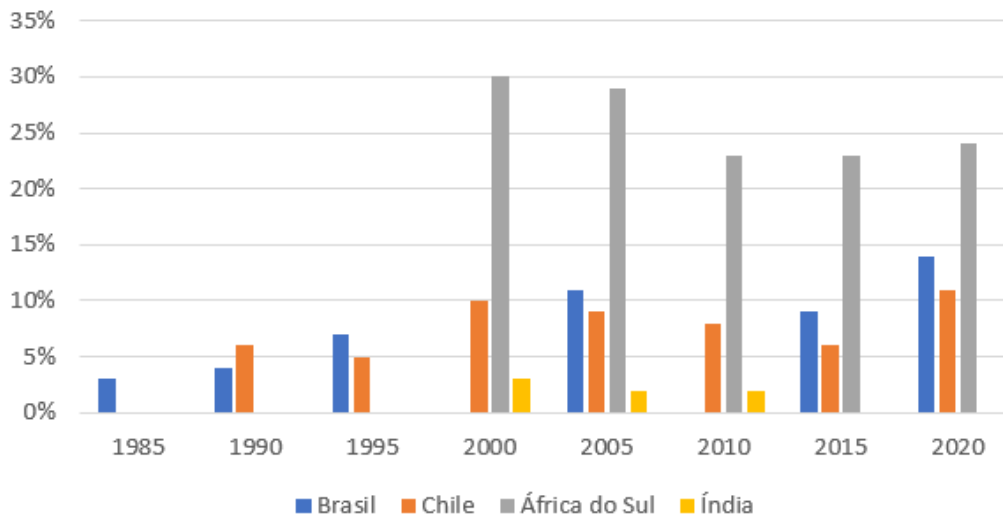
Gráfico 06 - Evolução das importações de bens e serviços (% do PIB) dos países desenvolvidos no período entre 1990 e 2015



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Banco Mundial (2022).

De acordo com o Gráfico 06, dentro do grupo dos países desenvolvidos, o Japão foi o país que mais apresentou crescimento nas importações ao longo do tempo, apesar de ter um percentual baixo em termos de PIB. Começando em 9% em 1990 e já apresentando 18% em 2015, dessa forma, as importações japonesas dobraram dentro desse período de 25 anos. Já os países do continente europeu demonstraram ser grandes dependentes das importações de bens e serviços, apresentando valores próximos ao longo do tempo e oscilando entre 25% e 30% do PIB a partir dos anos 2000. No entanto, os Estados Unidos, apresentaram valores mais baixos em relação a França e Reino Unido, variando entre 10% e 15% durante o período analisado.

Gráfico 07 - Evolução dos níveis de desemprego dos países em desenvolvimento no período entre 1985 e 2020



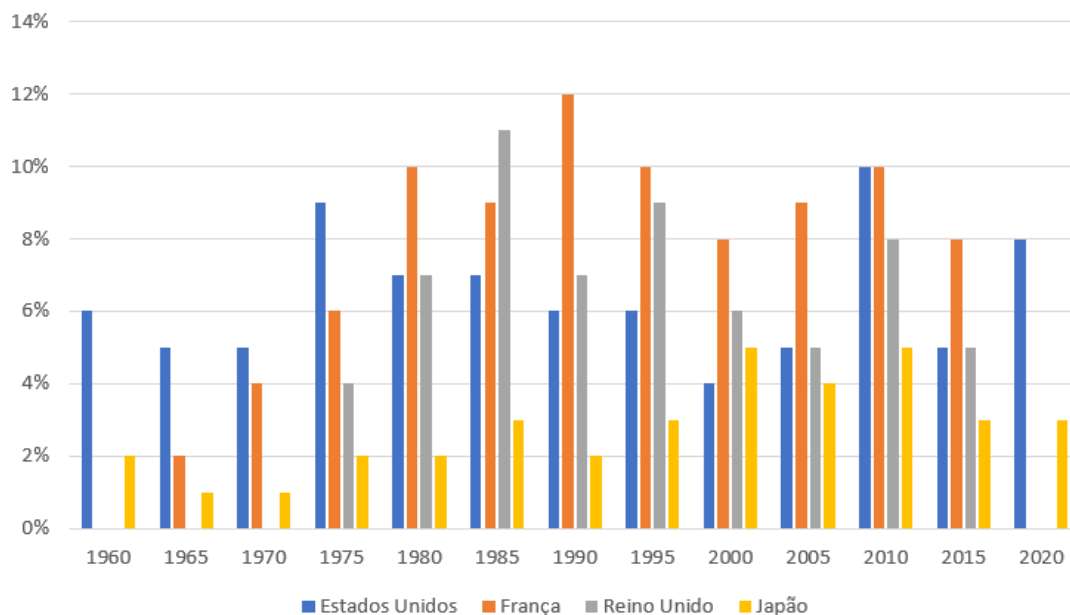
Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Banco Mundial (2022).

Conforme o Gráfico 07, os dados foram apresentados a partir de 1985 devido a escassez de informações. Devido à base de dados do Banco Mundial não possuir os valores do anos 2000 e 2010 referentes ao Brasil, foram considerados as informações da página do *Index Mundi*. Assim sendo, o Brasil apresentou um crescimento do desemprego ao longo da década de 1980 e 1990, período em que o neoliberalismo estava se instaurando no Brasil, sendo a porcentagem de desempregados de 3% em 1985 e dentro do período de 10 anos, esse valor dobrou, passando a ser de 7% em 1995 e também em 2000 (INDEX MUNDI, 2022), o que coincide com o período de maior queda de participação da indústria no PIB como apresetado no Gráfico 03. E que continuou a crescer nos anos seguintes, passando para 11% em 2005 e reduzindo novamente para 7% em 2010 (INDEX MUNDI, 2022), por fim, chegando aos 14% em 2020, reforçando a possibilidade da influência das políticas neoliberais nesse processo.

Assim como no Chile, que em meados dos anos 2000, passou por um considerável aumento em relação ao período anterior, no qual era de 6% em 1990 e passou para em torno dos 10% na década seguinte. Ao passo em que a África do Sul reduziu esse indicador entre 2000 e 2020, o qual era de 30% no início do milênio e passou para menos de 25% em 2020. Mas mesmo assim, apresentando valores consideravelmente altos em relação aos demais países em desenvolvimento

analisados. Diante da escassez de dados referente a esse indicador na Índia, os valores se mantiveram abaixo dos 5% entre os anos 2000 e 2010.

Gráfico 08 - Evolução dos níveis de desemprego dos países desenvolvidos no período entre 1960 e 2020



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Banco Mundial (2022).

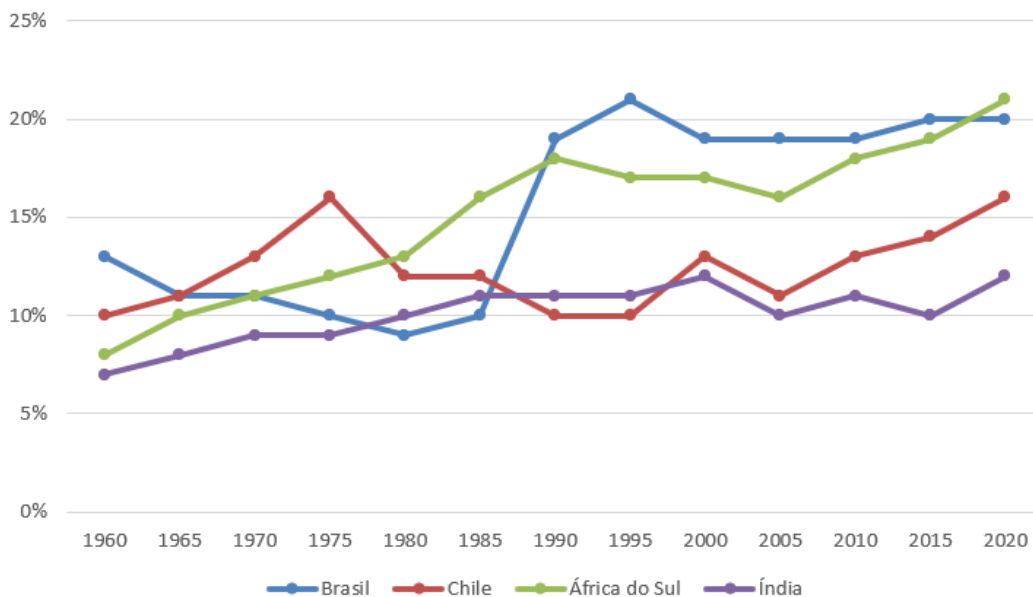
Nos países desenvolvidos, baseando-se no Gráfico 08, fica mais evidente ainda o aumento do desemprego ao longo da década de 1970, principalmente no Reino Unido, coincidindo com o período do Governo Thatcher. Os dados referentes a esse país, são disponibilizados pelo Banco Mundial apenas a partir de 1975, ano em que o nível de desemprego era de 4%, e uma década após, esse índice disparou para mais de 10%. Em 1995, o desemprego já atingia 9% da população, mas esse foi um processo que veio a reduzir nas décadas seguintes, apresentando valores de 5% em 2015.

Assim como no Reino Unido, ocorreu um processo semelhante na França, em 1965 o desemprego era de 2% e passou para 6% em 1975 e após 5 anos, com o início da implementação do neoliberalismo, esse valor subiu para 10% e continuou subindo, chegando ao pico de 12% na década de 1990 e depois apresentando uma redução nos anos posteriores chegando aos 8% em 2015. Porém, nos Estados Unidos ocorreu o processo contrário, apesar do alto nível desse indicador em relação aos demais países no início da década de 1960, tendo 6% de desemprego e chegando a um pico

de 9% em 1975. Mas apresentando uma redução ao longo da década de 1980 e reduzindo para 6% no início dos anos 1990, período em que o neoliberalismo já estava mais estruturado no mundo, mas voltando a disparar em 2010, chegando aos 10%, o que pode ser justificado pela crise econômica de 2008 que afetou o mundo inteiro (BRESSER PEREIRA, 2010).

Enquanto o Japão conseguiu manter esse índice em valores mais baixos e constantes em relação aos demais países, tendo 2% de desemprego em 1960 e mantendo esse valor entre 1975 e 1980, apresentando aumento apenas em 1985 para 3% e tendo um maior crescimento apenas no início dos anos 2000 para 5%, ou seja, o Japão, em princípio, foi menos afetado pelo neoliberalismo nesse quesito.

Gráfico 09 - Evolução dos níveis de gastos do governo (% PIB em gastos de consumo final) dos países em desenvolvimento no período entre 1960 e 2020



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Banco Mundial (2022).

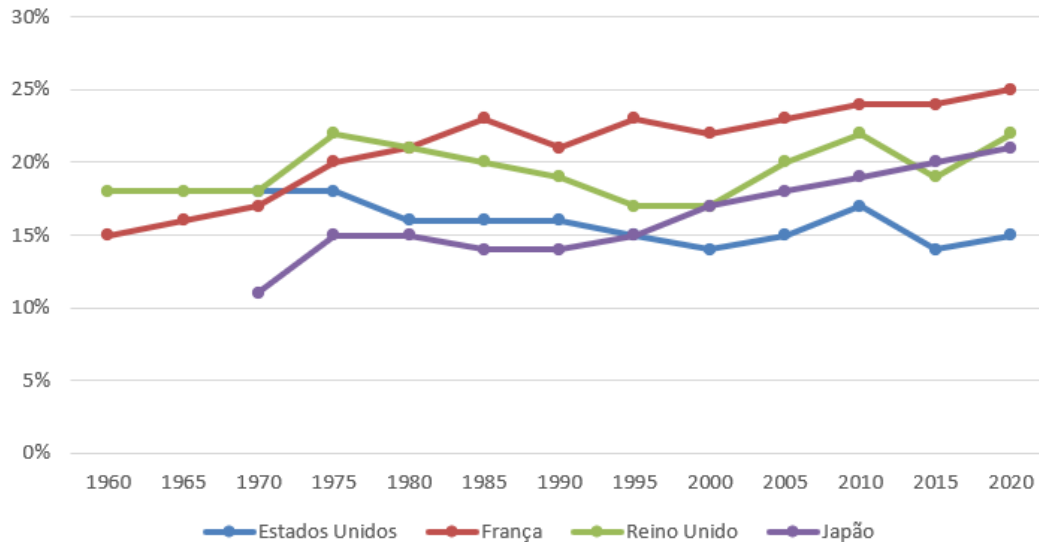
O Gráfico 09 evidência como no Brasil, os gastos vieram reduzindo desde 1960, passando de 13% para 9% em 1980 entre esse período de 20 anos. Porém, após o fim da ditadura militar em 1985, os gastos do governo aumentaram consideravelmente em relação aos demais países. Tendo nesse ano 10% do PIB em gastos de consumo final e em 1990 esse valor havia aumentado para quase 20%, ou seja, os gastos praticamente dobraram no período da redemocratização brasileira. E nas décadas

seguintes, entre 2000 e 2020, os valores não apresentam grandes variações, oscilando em torno dos 20%.

Também é possível destacar como os gastos governamentais por parte do governo chileno, sob o regime de Pinochet, passaram por uma gradual redução desse indicador ao longo do tempo. Antes da chegada de Pinochet, em 1960, o Chile tinha um crescimento de 10% e que chegou ao seu pico de 16% em 1975, sendo que o ditador chegou ao poder em 1973. E partir de 1975, o indicador reduziu para 10% dentro de um espaço de tempo de 15 anos, já em 1990. Mas esse indicador, durante a década de 1990 voltou subir ao longo do tempo e retornando ao seu pico de 16% no ano de 2020.

Já a Índia manteve valores constantes durante o período, partindo dos 7% em 1960 e alcançando os 10% em 1980, e oscilando entre a média de 10% durante todo o período pós anos 1980 e de implementação do neoliberalismo. Ao contrário da África do Sul, que apresentou uma maior evolução desde 1960, o qual tinha 8% de gastos e evoluindo para 13% em 1980 e ainda demonstrou crescimento mais contínuo a partir dos anos 1980, partindo dos 13% em 1980 e chegando a 21% em 2020. Portanto, não passou por um período de queda dos gastos como foi visto no Chile de 1975 a 1995. Dessa forma, Brasil, África do Sul e Índia não foram tão afetados nesse indicador pós 1980 e ainda os gastos públicos cresceram. E conforme o Gráfico 01, quando os gastos do Chile começaram a aumentar em 1995, o PIB também apresentou uma maior evolução, assim como a Índia em 1975, que começou a evoluir mais o seu PIB quando os gastos aumentaram e depois se estabilizaram nos anos seguintes.

Gráfico 10 - Evolução dos níveis de gastos do governo (% PIB em gastos de consumo final) dos países desenvolvidos no período entre 1960 e 2020



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Banco Mundial (2022).

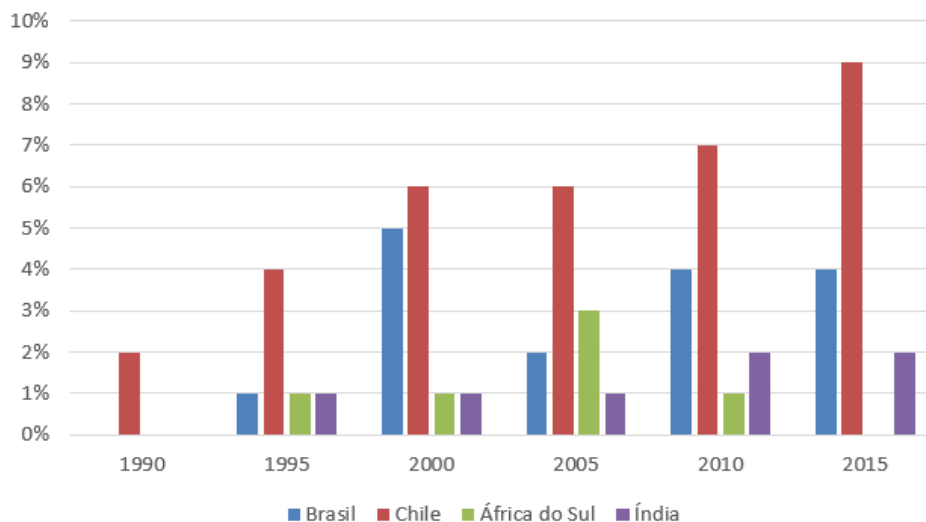
A partir do Gráfico 10, o qual não possui informações antes de 1970 para Estados Unidos e Japão na base de dados do Banco Mundial, é possível notar o decréscimo dos gastos em meados da década de 1970. O que continuou durante os anos 1980 em países como os Estados Unidos e o Reino Unido, os quais foram pioneiros na implementação das ideias liberais nesse período.

Os Estados Unidos tinham no período antecedente ao neoliberalismo cerca de 18% do seu PIB direcionado para os gastos, em 1990 esse valor já era de 16%, voltando a subir apenas em 2010 durante o Governo Obama, chegando aos 17%. Processo semelhante ao ocorrido no Reino Unido, o qual tinha em média 18% entre 1960 e 1970 e em 1975 já tinha evoluído para 22%, nesse período anterior ao Governo Thatcher e chegando ao seu valor mais baixo em 1995, em torno de 17%, momento em que o neoliberalismo já estava mais difundido. Mas retomando o crescimento nos anos seguintes e ultrapassando a marca dos 20% em 2010 e 2020.

Já o Japão, oscilou entre 10% e 15% entre 1970 e 1980, o qual não teve um crescimento acentuado nos gastos durante esse momento de início do neoliberalismo. E continuou oscilando em valores em torno de 15% durante o período entre 1980 e 1995. Na segunda metade da década de 1990, os gastos começaram a aumentar, partindo dos 15% em 1995 e alcançando os 21% em 2020. Ao contrário da França que teve maiores gastos, principalmente devido ao seu modelo de Estado de bem-

estar social, partindo dos 15% em 1960 e alcançado 17% em 1970, evoluindo para 23% em 1985, momento em que o neoliberalismo estava em grande avanço pelo mundo, indicando a redução para 21% em apenas 5 anos, no ano de 1990. Mesmo assim, os gastos franceses se mantiveram acima dos 20% durante as décadas seguintes. Vale destacar, conforme o Gráfico 02, como o Japão apresentou evolução do crescimento do PIB a partir de 1975, quando o governou aumentou esses gastos.

Gráfico 11 - Evolução dos níveis de investimento externo direto (% do PIB) dos países em desenvolvimento no período entre 1995 e 2015



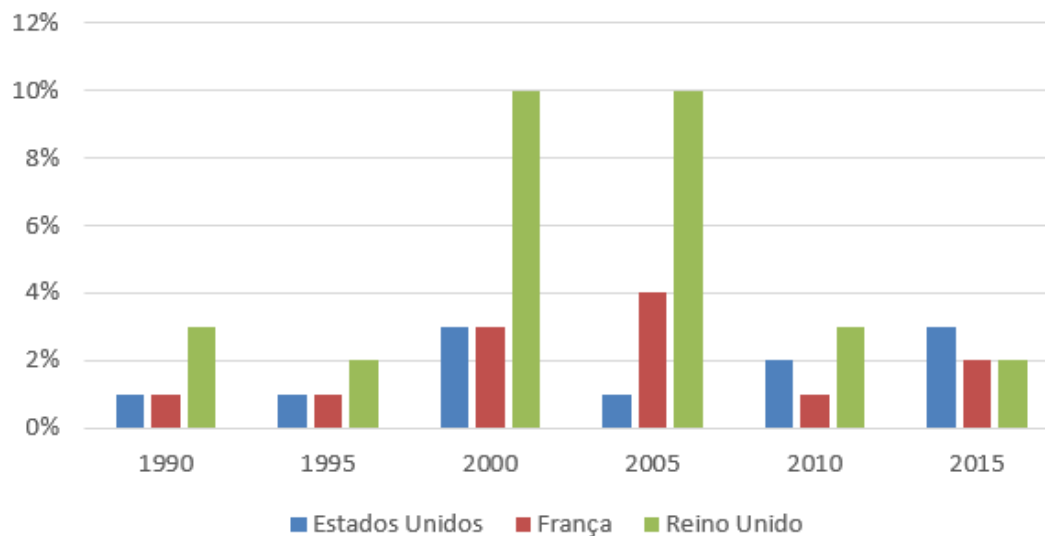
Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Banco Mundial (2022).

Ao longo do período analisado no Gráfico 11, o qual o neoliberalismo já estava implementado no mundo, a partir do banco de dados do Banco Mundial foram disponibilizadas as informações apenas a partir de 1995 e ainda alguns careceram de dados em alguns anos. Mesmo assim, foi possível observar a drástica redução dos investimentos externos no Brasil, principalmente entre o ano 2000 e 2005, passando respectivamente de 5% para 2%, após ter crescido entre 1995 e 2000, provavelmente em função das privatizações (SALLUM JÚNIOR, 1999). Mas voltando a crescer brevemente nos anos seguintes e ficando estável em 4% ao longo de 2010 e 2015.

Sendo semelhante a redução que ocorreu na África do Sul entre 2005 e 2010, o qual reduziu de 3% para 1% respectivamente, ou seja, voltou para o mesmo patamar que possuía em 1995 e 2000. Ao passo em que o Chile apresentou um gradual crescimento dos investimentos, começando em 2% em 1990 e evoluindo até 9% em

2015, um aumento de mais de 300% nos investimentos em 25 anos. Enquanto a Índia manteve níveis de investimentos mais constantes no período, variando entre 1% e 2%. Portanto, nessa variável o neoliberalismo apresentou impactos distintos nos países em desenvolvimento assim como foi apresentado no Gráfico 11.

Gráfico 12 - Evolução dos níveis de investimento externo direto (% do PIB) dos países desenvolvidos no período entre 1995 e 2015



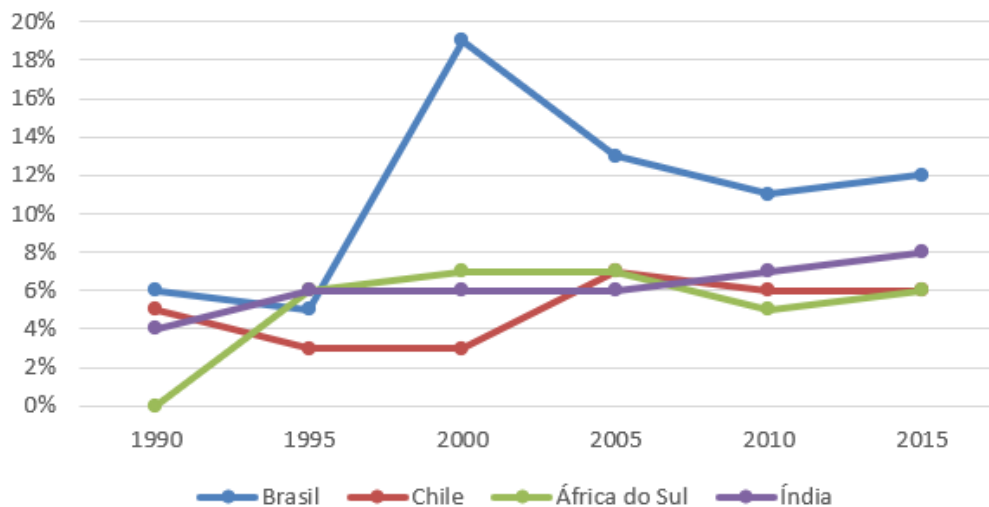
Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Banco Mundial (2022).

Na década dos anos 2000, com base no Gráfico 12, os países apresentam comportamento distinto em relação ao neoliberalismo, a começar pelo Reino Unido, dentre os países selecionados foi o que apresentou maior crescimento dessa variável, por mais que tenha começado a década de 1990 com valores mais baixos, tendo 3% em 1990 e 2% em 1995, mas logo apresentando um aumento para 10% de investimento externo no início do milênio, porém, reduzindo para 3% em 2010 e 2% em 2015.

Assim como a França que cresceu bastante nesse mesmo período, possuindo 1% em 1990 e 1995, e após, oscilando entre 3% e 4% na primeira metade da década dos anos 2000, caindo para 1% em 2010, mas subindo novamente para 2% em 2015, o que pode ser justificado pelos impactos da crise econômica que abalou o mundo em 2008 (BRESSER PEREIRA, 2010). Enquanto os Estados Unidos passaram a década de 1990 com 1% do indicador e alcançando os 3% no início dos anos 2000 e caindo

para 1% em 2005, mas que voltou a subir nos anos seguintes. Já o Japão não tem dados registrados no Banco Mundial sobre esta variável.

Gráfico 13 - Evolução dos níveis de exportação de tecnologia de ponta (% das exportações de manufaturados) dos países em desenvolvimento no período entre 1990 e 2015



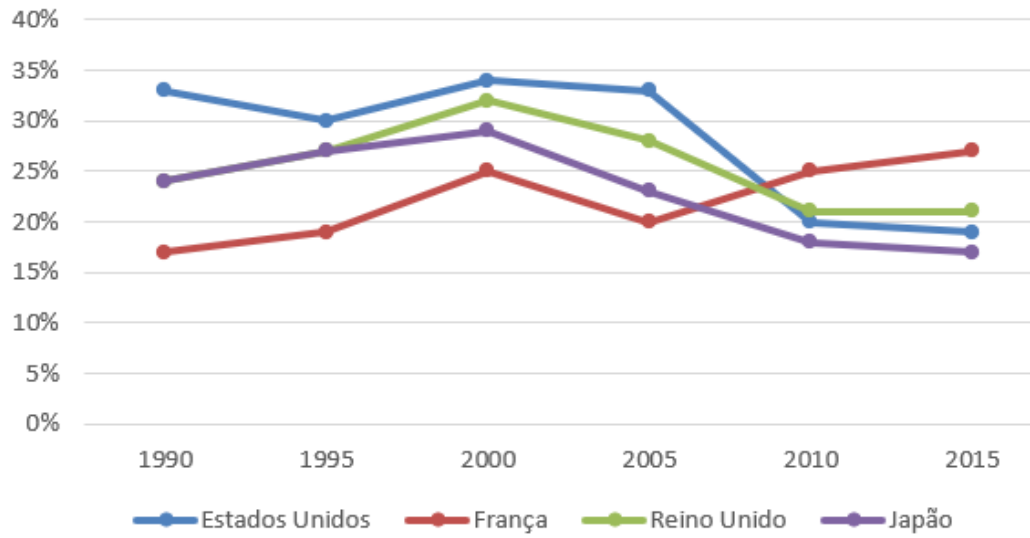
Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Banco Mundial (2022).

Diante dos dados coletados, o Gráfico 13 expõe o considerável aumento das exportações brasileira de tecnologia de ponta no período entre 1995 e 2000, passando dos 5% em um primeiro momento, para 19%, 5 anos após, mas chegando a um valor mais baixo em 2010, de 11%. Já o Chile, apresentou redução ao longo dos anos 1990, caindo de 5% para 3% nos anos 2000, e só após que veio a apresentar crescimento, chegando ao pico de 7% em 2005, e reduzindo novamente para 5% em 2010 e 2015. A África do Sul apresentou um crescimento na década de 1990, chegando a um crescimento ao ponto de o percentual de exportações de tecnologia de ponta ser de 6% em 1995 e 7% em 2000, apresentando uma pequena redução em 2010, quando esteve 5%.

Já a Índia, manteve entre 1990 e 2005 valores que oscilaram entre 4% e 6%, apresentando um pequeno aumento nos anos seguintes, demonstrando uma maior estabilidade da Índia no quesito desse tipo de exportação. Por fim, destaca-se a discrepância na superioridade do Brasil nesse indicador perante os demais países

analisados, mesmo no período de 2015 em que os valores já eram menores do que o auge brasileiro nos anos 2000.

Gráfico 14 - Evolução dos níveis de exportação de tecnologia de ponta (% das exportações de manufaturados) dos países em desenvolvimento no período entre 1990 e 2015



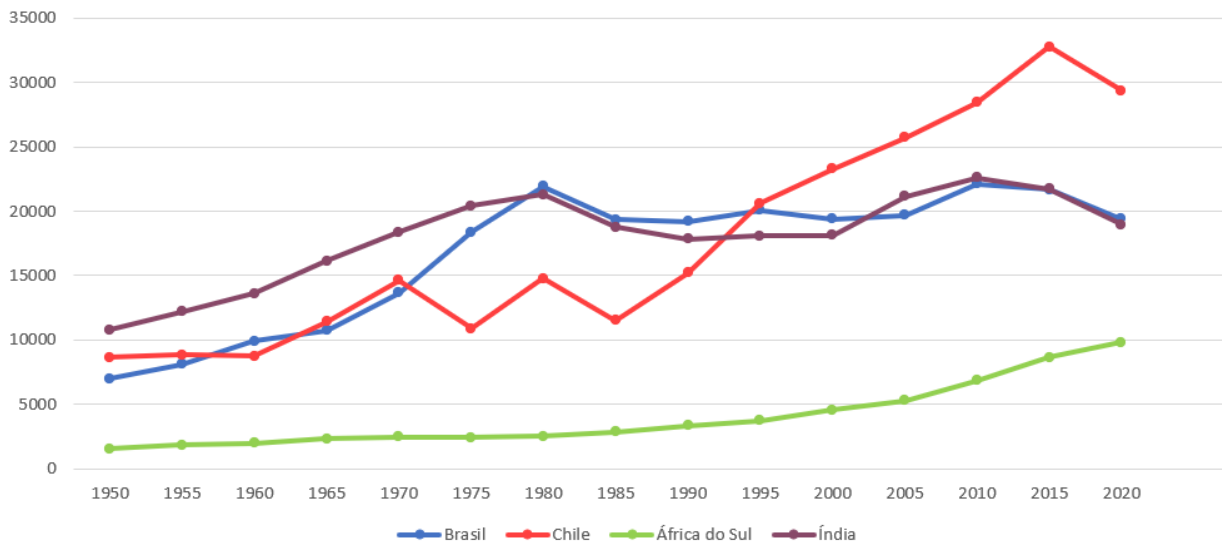
Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Banco Mundial (2022).

A partir dos anos 2000, o Gráfico 14 evidencia como esse tipo de exportação passou por um processo de redução gradual nos 4 países selecionados para a análise. Os Estados Unidos começaram os anos 1990 beirando os 35% e reduzindo para 30% nos 5 anos seguintes, mas ainda assim, voltaram a crescer no início do milênio com 34% e baixaram para em torno de 20% em 2010 e 2015. Sendo semelhante ao que ocorreu no Reino Unido, o qual possuía 27% em 1995 e aumentou para 32% nesse mesmo período de início dos anos 2000, mas caindo para 21% nos anos 2010 e se mantendo nessa faixa até 2015.

O Japão tinha 24% de exportação de tecnologia de ponta dentro do grupo dos bens manufaturados no início dos anos 1990, e aumentou para 29% em 2000, mas acabou apresentando uma redução 10 anos depois, a qual caiu para menos de 20% e se manteve assim em 2015. Já a França, cresceu de 17% em 1990 para 25% em 2000, e foi o único desses países a retomar o crescimento após a redução que se teve de 25% para 20% entre 2000 e 2005, apresentando novamente 25% em 2010 e 27% em 2015, ao contrário dos demais países que mantiveram a queda ou apenas a

estabilizaram. Esse fenômeno também pode ser justificado com base na transferência da produção das indústrias para os países asiáticos, o que tende a reduzir os níveis de exportação desses bens (GALA, 2021).

Gráfico 15 – Evolução da renda média nacional em U\$\$ (2021)⁸ dos países em desenvolvimento no período entre 1950 e 2020



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do World Inequality Database (2022).

O Gráfico 15 expõe o processo de evolução da renda média nacional, o que pode demonstrar o tamanho da desigualdade de renda em cada país. O Índice de Gini⁹ não pode ser utilizado para a análise tanto no Gráfico 15 como no 16, devido à falta informações na maior parte do período analisado, tanto no banco de dados do Banco Mundial como em outras fontes. Portanto, foi utilizado a evolução da renda como indicador. Dessa forma, no Brasil, pode ser observado a diminuição da desigualdade a partir de 1950, o qual tinha valores em torno de US\$ 6.000 e em 1980, a renda ultrapassou a marca de US\$ 20.000. Após isso, o Brasil apresentou um aumento da desigualdade em 1985 com um valor menor que os 20 mil dólares, e assim continuou-se nessa faixa ao longo dos anos 1990 até 2005, quando esse indicador voltou a crescer e chegou perto dos US\$ 22.000. Após isso, apresentou uma breve redução entre 2015 e 2020, voltando novamente para mais próximo dos US\$ 20.000 de renda. O Chile apresentou entre 1950 e 1960 uma faixa de renda abaixo

⁸ Valores deflacionados com base em valores constantes do ano de 2021.

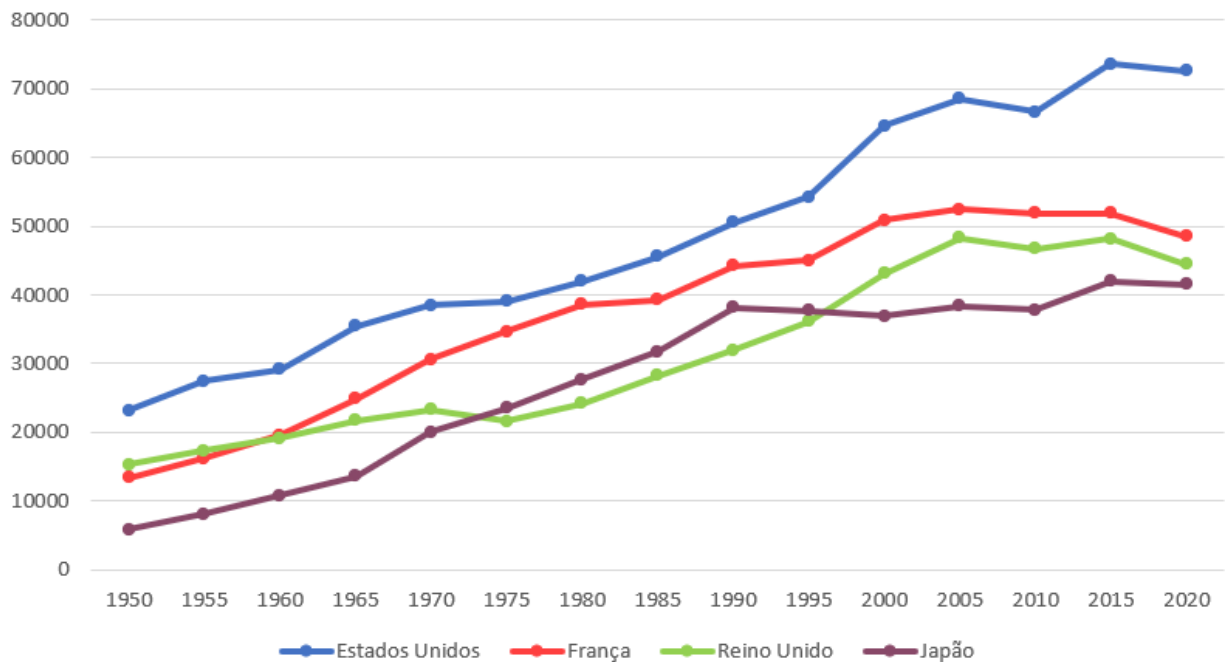
⁹ Indicador de concentração de renda em determinado grupo, por meio do cálculo da diferença dos rendimentos entre os mais ricos e mais pobres (WOLFFENBÜTTEL, 2004).

dos U\$S 10.000. Contudo, a partir de 1970 apresentou uma diminuição da desigualdade, pois a renda subiu beirando os U\$S 15.000, período este anterior ao governo de Pinochet. A partir desse momento, o Chile demonstrou uma variação desse indicador na década seguinte, reduzindo consideravelmente para valores em torno dos U\$S 11.000 em 1975, mas voltando a crescer em 1980, chegando novamente para a marca dos 15 mil dólares, período em que o neoliberalismo já estava mais difundido no Chile, mas retornando a reduzir em 1985. No entanto, a partir de 1990, o Chile demonstrou uma redução acentuada na desigualdade, apresentando um aumento da renda, a qual passou dos US\$ 15.000 para U\$S 25.000 em 2005 e ultrapassando os U\$S 30.000 em 2015, até voltar a reduzir em 2020.

Seguindo a análise do Gráfico 15, entre 1950 e 1980, a África do Sul apresentou valores sem grandes variações, se mantendo em torno dos U\$S 2.000 de renda, o que configurou uma grande desigualdade de renda que somente a partir de 1995 começou a ser debelada, momento em que o neoliberalismo estava começando a se disseminar pelo mundo. A desigualdade começou a demonstrar uma leve redução, em 1985, quando a renda passou a ser de U\$S 2.800, subindo para perto de U\$S 5.000 em 2000, mesmo assim, ficando muito abaixo dos demais países analisados. Dentro do período de 20 anos, entre 2000 e 2020, esse valor dobrou, chegando a U\$S 10.000 de renda.

Por fim, semelhante aos demais países analisados, a Índia também apresentou uma grande evolução da renda entre 1950 e 1980, com esse indicador praticamente dobrando de valor dentro desse período de 30 anos, o qual começou em torno dos U\$S 10.000 e já estava passando os U\$S 20.000 em 1980. A partir disso, começou a reduzir o indicador, chegando a U\$S 17.000 em 1990, o que se manteve até os anos 2000, quando voltou a crescer para acima dos U\$S 20.000 ao longo dessa década e só em 2015 reduziu novamente.

Gráfico 16 – Evolução da renda média nacional em U\$S (2021)¹⁰ dos países desenvolvidos no período entre 1950 e 2020



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do World Inequality Database (2022).

De acordo com o Gráfico 16, os países desenvolvidos passaram por um processo de diminuição de desigualdade ainda mais acentuado do que foi visto em relação aos países em desenvolvimento do Gráfico 15. Os 4 países analisados passaram por uma grande evolução da renda ao longo dos anos 1950 até 1990, com destaque para os valores dos Estados Unidos que são mais expressivos que os demais países, principalmente nos anos mais recentes, no qual por exemplo, em 2015 e 2020 possuía valores que ultrapassavam os U\$S 70.000.

Outro ponto a ser observado, é a redução desse indicador no Reino Unido em 1975, mas que logo voltou a subir ainda mais nos anos 1980 em diante, mesmo com a chegada de Thatcher ao poder, e foi crescendo até chegar a mais de U\$S 40.000, em 2020. A França também apresentou valores bem altos a partir de 1960, o qual ficava em torno de U\$S 20.000 e chegando ao seu pico de U\$S 50.000 ao longo dos anos 2000, mas apresentando queda em 2020 para U\$S 48.000. Já o Japão que possuía em torno de U\$S 5.000 em 1950 chegou ao seu pico de quase U\$S 40.000 de renda nacional em 1990 e manteve essa média de valor nas décadas seguintes, subindo para U\$S 41.000 a partir de 2015, ou seja, conseguiu estabilizar mais a

¹⁰ Valores deflacionados com base em valores constantes do ano de 2021.

desigualdade de renda em relação aos demais países desenvolvidos analisados. Isso mostra que mesmo com o neoliberalismo em voga, nos países desenvolvidos analisados no Gráfico 16, a renda não caiu, mantendo-se elevada e em crescimento após 1980.

3.2 Considerações finais da análise dos dados

Com base nos dados apresentados e nos pressupostos do neoliberalismo elencados anteriormente, nota-se o impacto distinto das medidas neoliberais nos países e variáveis pesquisadas no período pós 1980, momento em que o neoliberalismo estava dando os seus primeiros passos rumo a sua hegemonia mundial. Principalmente nas variáveis que envolvem desemprego, evolução da renda e PIB dos países, guardadas às devidas proporções. Assim como o aumento dos investimentos externos, o que pode ser considerado uma forma de *softpower*¹¹, conforme descrito no referencial teórico, por meio do Consenso de Washington, principalmente, e por parte dos países hegemônicos como os Estados Unidos e o Reino Unido, ambos pioneiros na implementação do neoliberalismo.

Diante da variável evolução do PIB, exposta nos Gráficos 01 e 02, foi possível constatar que Brasil, Índia, Estados Unidos e Japão, apesar do neoliberalismo, foram afetados positivamente, apresentando um maior crescimento do PIB a partir de 1980. Enquanto o Japão não teve impactos positivos tão ressaltados e os demais tiveram alta no crescimento do PIB. Ao passo em que África do Sul, Chile, Reino Unido e França, demonstraram um crescimento menos significativo, possibilitando terem passado por efeitos mais negativos do neoliberalismo, nessa variável. Com isso, apresentando um crescimento sem grandes mudanças em relação ao período antes de 1980 e após esse ano, período em que o neoliberalismo já estava se disseminando pelo mundo.

Em se tratando da participação da indústria no PIB, conforme o Gráfico 03 e 04, nota-se que praticamente todos os países estudados passaram por um processo de desindustrialização pós 1980, ou seja, foram afetados negativamente pelo neoliberalismo, podendo ser destacado de forma mais acentuada em países como Brasil, África do Sul, França e Reino Unido. Já, o Chile, Estados Unidos e Japão,

¹¹ Poder de influência de um país sobre o outro de forma indireta e sutil (RUTHE, 2022).

passaram por uma redução menor e gradual, até apresentando em alguns momentos de crescimento no período em que o neoliberalismo já estava disseminado. Ao contrário da Índia, que demonstrou ser o único dos países estudados a não ter sido impactado negativamente pelo neoliberalismo, nessa variável, apresentando crescimento ao longo do período analisado.

Em relação a evolução das importações de bens e serviços, como apresentado nos Gráficos 05 e 06, o Chile demonstrou um impacto negativo, devido a ter passado o período entre 1990 e 2015 com valores em torno de 30%, o que afeta diretamente o setor industrial devido a esse alto nível de importações. Assim como, Brasil com percentuais menores, África do Sul e Índia que também tiveram valores elevados nesse período e foram afetados negativamente, principalmente a Índia, por ter apresentado um crescimento considerável das importações a partir de 2005. Os demais países não apresentaram uma variação tão significativa, mesmo assim, França e Reino Unido demonstraram terem sido afetados de forma negativa por terem valores em torno de 25% e 30% ao longo do período. E Estados Unidos e Japão, apresentam um impacto negativo menor em relação aos demais países desenvolvidos citados anteriormente.

Já a evolução do desemprego, exibida nos Gráficos 07 e 08, Brasil, Chile, África do Sul, França e Reino Unido, foram os que apresentaram maiores danos referentes ao neoliberalismo em meados dos anos 1980, 1990 e 2000, pois apresentaram crescimento nos níveis de desemprego. Enquanto, Estados Unidos, Japão e Índia, demonstraram não serem tão afetados negativamente por esse movimento, pois tiveram nesse indicador, apesar das diferenças no tamanho dos percentuais, variações distintas.

No âmbito dos gastos governamentais, expostos nos Gráficos 09 e 10, apesar do neoliberalismo presumir a redução do papel do Estado e dos seus gastos na economia, países, como Brasil, África do Sul, Índia, França e Japão, apresentaram crescimento desse indicador pós anos 1980, ou seja, não foram prejudicados nessa variável. No entanto, o Chile no período pós 1975, Estados Unidos e Reino Unido, demonstraram terem sido afetados de forma danosa pelas medidas neoliberais, tiveram maiores reduções dos gastos, ainda mais por terem sido os primeiros países a vivenciarem o movimento neoliberal e acabaram sendo seus expositores para os demais países. Contudo, a partir dos anos 2000, tiveram uma recuperação positiva nesse indicador.

Na esfera da evolução dos níveis de investimento direto externo, conforme os Gráficos 11 e 12, Brasil e Chile demonstraram as maiores evoluções a partir de 1990, ou seja, obtiveram maiores proveitos das medidas neoliberais. Enquanto França e Reino Unido só vieram a crescer nesse indicador ao longo dos anos 2000, caindo em 2010. Dessa forma, também obtendo proveito do neoliberalismo num determinado período. Por fim, os demais países não apresentaram variações consideráveis no período analisado, portanto, não foram tão afetados de forma negativa ou positiva.

Em sequência, os Gráficos 13 e 14 apresentaram a evolução dos níveis de exportação de tecnologia de ponta dos países a partir de 1990, o qual pode ser destacado o Brasil com o maior crescimento nessa variável até 2000, e reduzindo para níveis menores a partir de 2005, mas mantendo-se em patamares elevados, demonstrando menores efeitos negativos por parte do neoliberalismo. No mesmo sentido, foi a África do Sul, a qual também apresentou um leve crescimento no período. Mantendo-se em patamares mais baixos, o Chile demonstrou queda, mas retomou o crescimento em 2000 e a Índia manteve valores mais constantes e com menos variações ao longo dos anos. Pós 1995, Estados Unidos, França, Reino Unido e Japão, apresentaram crescimento, porém nos anos seguintes, a partir dos anos 2000, os quatro apresentaram forte queda, e apenas a França conseguiu retomar o crescimento em 2005. Dessa forma, evidenciando como os países desenvolvidos foram afetados negativamente de forma mais acentuada pelo neoliberalismo do que os países em desenvolvimento. Contudo, cabe ressaltar que os percentuais dos países desenvolvidos ficaram bem acima dos países em desenvolvimento.

E a evolução da renda média nacional apresentada nos Gráficos 15 e 16 entre 1950 e 2020, no qual dentro dos países em desenvolvimento, a partir de 1980, Brasil e Índia apresentaram aumento da desigualdade e maior impacto negativo pelo neoliberalismo, devido à queda da evolução da renda. Sendo que a África do Sul manteve valores mais constantes e sem muitas oscilações ao longo do período exposto. Porém, o Chile apresentou maior oscilação da variável, tendo altos e baixos entre 1970 e 1985, demonstrando queda da renda e aumento da desigualdade em 1975, período em que o Governo de Pinochet já estava instaurado. E voltando a crescer em 1980, mas reduzindo novamente em 1985, demonstrando impactos positivos e negativos do neoliberalismo ao longo desse período. Entretanto, nas décadas seguintes, apresentou um considerável aumento, ultrapassando o nível de renda dos demais países em desenvolvimento, mostrando que as políticas neoliberais

não tiveram impacto negativo na formação da renda. Em relação aos países desenvolvidos, eles demonstraram terem sido menos afetados negativamente pelo neoliberalismo nesse quesito, pois os quatro países apresentaram evolução do crescimento da renda média nacional ao longo do período analisado.

Por fim, pode-se afirmar que foi possível analisar parcialmente os impactos do neoliberalismo na economia global, devido principalmente à falta de dados e de tempo para um maior aprofundamento na pesquisa. Mas apesar disso tudo, foi possível concluir que o neoliberalismo apresentou efeitos distintos, ora positivos ora negativos, nos diversos países e variáveis investigadas. Afinal, como exposto brevemente no referencial teórico, dos quatro países ali expostos, cada país tem características e estruturas políticas específicas e em cada um dos países abordados, o neoliberalismo se disseminou de forma diferenciada devido a essas diferenças e particularidades que cada um possui. Portanto, é cabível afirmar que o neoliberalismo demonstrou ter sido relevante e importante para a economia global, guardadas as devidas proporções e efeitos distintos nos diversos países investigados.

4 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo principal investigar a importância do neoliberalismo para a economia mundial, e para esse fim, foi utilizado o referencial teórico exposto no trabalho em confronto com os dados coletados das páginas virtuais do Banco Mundial. Assim sendo, ao concluir este trabalho, é possível afirmar que o problema de pesquisa foi respondido parcialmente, pois não foi possível aprofundar mais o tema devido às limitações de falta de tempo e de dados. Mesmo assim, foi possível comprovar a importância do neoliberalismo para a economia global a partir dos diversos impactos positivos e/ou negativos que os países analisados sofreram a partir de 1980, pois os efeitos não foram iguais para todos os países, conforme exposto no Capítulo 3.

De certa forma, foram cumpridos os objetivos específicos da pesquisa, conforme segue: a) investigar as origens do neoliberalismo, no qual foram utilizados autores como Friedrich Hayek com a sua obra “O caminho da servidão” e Milton Friedman como um dos expoentes da Escola de Chicago e das primeiras ideias neoliberais; b) descrever como o neoliberalismo se disseminou pelo mundo, no qual foram expostos como esse movimento deu os primeiros passos rumo à hegemonia mundial, com base no caso do Chile, Reino Unido e Estados Unidos. Sendo estes os três primeiros países a passarem pela experiência neoliberal e pela relevância deles em difundirem essas ideias para os demais países. Assim como o Brasil, que também foi abordado no referencial teórico devido à sua relevância e à influência sofrida para adotar medidas neoliberais a partir do Consenso de Washington. Por fim, o objetivo c) averiguar os impactos econômicos e sociais do neoliberalismo, foi respondido parcialmente, devido a todas as limitações do trabalho citadas na Metodologia e no início do Capítulo 3.

Por fim, pode-se concluir que este trabalho teve relevância por abordar um tema complexo e intrigante, e que pode vir a ser aprofundado por outros trabalhos acadêmicos no futuro com mais dados em torno do âmbito social e mais países a serem analisados.

REFERÊNCIAS

- ALTMAN, Max. **Hoje na História: 1933, Roosevelt apresenta New Deal ao Congresso**. Opera Mundi, São Paulo, 9 de mar. de 2021. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/hoje-na-historia/10239/hoje-na-historia-1933-roosevelt-apresenta-new-deal-ao-congresso>>. Acesso em: 28 jun. 2022.
- ANDERSON, Perry *et al.* **Balanço do neoliberalismo. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23, 1995.
- BANCO MUNDIAL. **Indicadores de Desenvolvimento Mundial**. Grupo do Banco Mundial, 2022. Disponível em: <<https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>>. Acesso em: 04 ago. 2022.
- BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- BOITO JÚNIOR, Armando. **As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil**. Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina. Buenos Aires: CLACSO, p. 271-296, 2006.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo? **Novos estudos Cebrap**, n. 86, p. 51-72, 2010.
- CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas?: neoliberalismo e ordem global**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2002.
- DAVIS, Gerald F. **The vanishing American corporation: Navigating the hazards of a new economy**. Oakland: Berrett-Koehler Publishers, 2016.
- FAÉ, Rogério; GOULART, Sueli; ABDALA, P. Estratégia nacional de desenvolvimento nos governos Lula e Dilma: transformação neoliberal. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração (UFF)**, v. 10, n.1 p. 1-18, 2016.
- FIGUEIREDO, Tatiana Silva Poggi. Do liberalismo ao neoliberalismo: as influências do ideário liberal na conformação da Escola de Chicago. **Leituras de Economia Política**, Campinas, v. 15, n.1, p. 97-127, 2009.
- FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. **Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, p. 179- 206, 2006.
- FONSECA, André Dionei; SILVA, Silvio Lucas Alves. O Neoliberalismo em Tempos de Pandemia: o Governo Bolsonaro no contexto de crise da Covid-19. **Ágora**, v. 22, n. 2, p. 58-75, 2020.
- FORTIN, Marie-Fabienne. **O processo de investigação: da concepção à realização**. Loures: Lusociência, 1999.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Editora Artenova, 1977.

GALA, Paulo. **A desindustrialização do Vale do Silício e o triunfo da China**. 22 de fev. de 2021. Disponível em: < <https://www.paulogala.com.br/a-desindustrializacao-do-vale-do-silicio-e-o-triunfo-da-china/>>. Acesso em: 18 set. 2022.

GENNARI, Adilson Marques. Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 30-45, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**. História e implicações. São Paulo: Loyola, 2005.

HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão**. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

IBARRA, David. O neoliberalismo na América Latina. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 238-248, 2011.

INDEX MUNDI. **Dados históricos taxa de desemprego Brasil**. Disponível em: < <https://www.indexmundi.com/g/g.aspx?c=br&v=74&l=pt>>. Acesso em: 22 out. de 2022.

LOJA BRAZIL. **Restaurantes: tipos e conceitos**. 29 de jun. de 2021. Disponível em:< <https://www.lojabrazil.com.br/blog/restaurantes-tipos-e-conceitos/>>. Acesso em: 28 jun. de 2022.

MACIEL, David. **De Lula à Dilma Rousseff: crise econômica, hegemonia neoliberal e regressão política**. *Marxismo 21*, 28 jun. de 2013. Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/06/D-Maciel-2.pdf>>. Acesso em: 16 jun. de 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MORAES, Reginaldo C. A decolagem do neoliberalismo nos Estados Unidos: uma história que ensina. **Revista Tempo do Mundo**, v. 4, n. 2, p. 107-121, 2018.

PACCOLA, Marco Antonio Bestetti; ALVES, Giovanni Antônio Pinto. Neodesenvolvimentismo, neoliberalismo e a correlação de forças nos governos Lula e Dilma. **Plural: Revista de Ciências Sociais**, v. 25, n. 2, p. 269-281, 2018.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985.

RUTHE, Aline. **Softpower e Hardpower: entenda a diferença**. Politize, 04 de fev. de 2022. Disponível em: <https://www.politize.com.br/soft-power-hard-power/>. Acesso em: 11 out. 2022.

SALLUM JÚNIOR, Brasílio. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo Social**, v. 11, n. 2, p. 23-47, 1999.

SILVA, Salyanna. Os intelectuais e a disseminação do neoliberalismo na América Latina: um estudo a partir da análise gramsciana. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, v. 3, n. 1, p. 102-119, 2019.

SOUZA, Mariana Barbosa de; HOFF, Tuize Silva Rovere. O governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências na habitação popular. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, n. 1, p. 1-14, 2019.

SOUZA, Thais Andreia Araujo. A relação entre produtividade e financeirização no Reino Unido. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, v. 25, n. 52, p. 109-127, 2019.

TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 5, n. 2, p. 5-15, 1985.

TORO INVESTIMENTOS. **Entenda de uma vez por todas o que são as commodities**. 25 de jun. de 2021. Disponível em: <<https://blog.toroinvestimentos.com.br/commodities-o-que-sao>>. Acesso em: 01 jul. 2022.

UBERBLOG. **Descubra. o que é o Uber e saiba como ele funciona**. 16 de set. de 2018. Disponível em: <<https://www.uber.com/pt-BR/blog/o-que-e-uber/>>. Acesso em: 08 jun. 2022.

VENTURA, Layse. **O que é Airbnb? Saiba tudo sobre essa plataforma de hospedagem**. Olhar Digital, 18 de jun. de 2021. Disponível em: <<https://olhardigital.com.br/2021/10/21/internet-e-redes-sociais/o-que-e-airbnb/>>. Acesso em: 08 jun. 2022.

WOLFFENBÜTTEL, Andrea. **O que é? Índice de Gini**. IPEA, 2004. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28>. Acesso em: 23 out. 2022.

WORLD INEQUALITY DATABASE. **Income Inequality**. WDI, 2022. Disponível em: <<https://wid.world/>>. Acesso em: 08 out. 2022.